



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**Macapá-AP
2014**



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Unidade responsável pela elaboração:
Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica

**Macapá-AP
2014**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	14
1.1 Relatório de Gestão Individual	14
1.2 Finalidades e Competências Institucionais	15
1.3 Organograma Funcional.....	15
1.4 Macroprocessos Finalísticos	18
1.5 Principais Macroprocessos de Apoio.....	21
1.6 Principais Parceiros.....	23
2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	24
2.1 Planejamento da unidade	24
2.2.1 AÇÕES.....	30
2.2.1.1 Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	30
2.2.1.2 Análise Situacional.....	45
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO	48
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	54
3.1 Estrutura Orgânica de Controle.	54
3.2 Avaliação do Funcionamento do Controle Interno.....	56
3.3 Sistemas de Correição.....	58
3.4 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	58
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	59
4.1 Execução das despesas.....	59
4.1.1 Programação.....	59
4.1.1.1 Análise Crítica.....	60
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	61
4.1.3 Realização da Despesa	62
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	62
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	62
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	63
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	64
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	64
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	65
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	66
4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	68
4.2.1 ANÁLISE CRÍTICA.....	75
4.3 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	75
4.3.1 Análise Crítica.....	75
4.4 Suprimento de Fundos	76
4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	76
4.4.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	77
4.4.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	81
4.4.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	81
4.4.5 Análise Crítica.....	82



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.5	Gestão de precatórios.....	82
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	83
5.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	83
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição.....	83
5.1.1.1	Lotação.....	83
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de Trabalho.....	83
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	84
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e Funções.....	84
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal.....	84
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	85
5.1.3	Custos de Pessoal.....	86
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	87
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	87
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas.....	87
5.1.5	Cadastramento no SISAC.....	87
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	87
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	88
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	88
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	88
5.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	88
5.1.6	Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	89
5.1.7	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	89
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	91
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	91
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	91
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	92
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	93
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	94
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	94
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	95
6.1	Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros.....	95
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	97
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	97
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel.....	98
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	99
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	99
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	100
7.1	Gestão da tecnologia da informação (TI).....	100
7.1.1	Análise crítica.....	102



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	105
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	105
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	106
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	109
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	109
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	109
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	111
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	111
9.2.2	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	130
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	130
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	130
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	130
9.4.2	Situação do Cumprimento das obrigações	130
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	131
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	131
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	132
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	133
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	133
12	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	134
13	INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO TRE/AP – REGISTRO, FUNDO PARTIDÁRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	136



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

A – Atividade
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP – Amapá
ARP's – Ata de Registro de Preços
ASI – *Automation System of Inventory* (sistema de controle de bens patrimoniais)
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CATMAT – Sistema de Catalogação de Material
CCI – Coordenadoria de Controle Interno
CFTV – Circuito fechado de Câmeras de Segurança
CSG – Coordenadoria de Serviços Gerais
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CODES – Coordenadoria de Desenvolvimento
CPL – Comissão Permanente de Licitação
COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
DBR – Declaração de Bens e Renda
DG – Diretoria Geral
DN – Decisão Normativa
ECREP- Eficácia em relação à META na LOA
EFLOA - Eficiência em relação à META na LOA
EJE – Escola Judiciária Eleitoral
ELO – Sistema Eleitor On-line
EPF – *Eclipse Process Framework*
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
NA – Não se Aplica
NBR – Normas Brasileiras
OP - Operações Especiais
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNMC – Política Nacional Sobre Mudança de Clima
PPA – Plano Plurianual
PR - Previsão
PRES – Presidência
PSSS – Plano de Seguridade Social do Servidor
RE - Realizado
Res. – Resolução
RG – Relatório de Gestão
RP – Restos a Pagar
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAGEC – Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEJUD - Secretaria Judiciária
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais
SIGEPRO - Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta orçamentária
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
TI – Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE – AP – Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UJ – Unidade Jurisdicionada
UGR – Unidade Gestora Responsável
ZE – Zona Eleitoral



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Lista de Quadros não aplicáveis ou que não tenham conteúdo para apresentar

Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Quadro A.2.2.2 – Objetivo

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ

Quadro – A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ

Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB
- Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB
- Quadro A.4.7.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta
- Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta
- Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados
- Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013
- Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.
- Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social
- Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades
- Quadro B.1.1 – Relação dos Partidos
- Quadro B.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário
- Quadro B.1.3 – Distribuição dos Valores do Fundo Partidário aos Partidos no Exercício de 2013
- Quadro B.1.4 – Partidos que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência
- Quadro B.1.5 – Partidos que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência
- Quadro B.1.6 – Situação da Prestação de Contas das Direções Nacionais dos Partidos
- Quadro B.1.7 – Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos
- Quadro B.4.1 – Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro B.4.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas

Quadro B.4.3 - Prejuízos Contabilizados no Exercício de 2013

Quadro B.4.4 - Ressarcimentos Efetuados pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2013, Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado

Quadro B.4.5 - Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão

Quadro B.6.1 - Resultados dos Indicadores Primários - Decisão TCU n.º 408/2002

Quadro B.6.2 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Quadro B.6.3 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.7.1 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Quadro B.7.2 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.8.1 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Quadro B.8.2 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.11.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira

Quadro B.11.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade "Produto" no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Quadro B.16.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional

Quadro B.16.2 Providências Adotadas para Substituição de Servidores Terceirizados Irregulares por Servidores Concursados (Acórdão TCU 1.520/2006)

Quadro B.17.1 Captações Realizadas em Projetos de Obras de Audiovisual e Ações de Fiscalização Empreendidas

Quadro B.18.1 - Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ

Quadro B.27.1 - Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2013

Quadro B.37.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Quadro B.34.2 - Relação de membros do Conselho de Administração

Quadro B.34.3 - Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Quadro B.34.4 - Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Quadro B.34.5 - Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Quadro B.34.6 - Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Quadro B.34.7 - Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Quadro B.34.8 - Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro B.34.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Quadro B.34.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Quadro B.34.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Quadro B.34.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Quadro B.34.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Quadro B.35.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Quadro B.35.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Quadro B.35.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Quadro B.35.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Quadro B.35.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Quadro B.35.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas apresenta à sociedade o Relatório de Gestão, retratando as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2013, com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram estruturadas e organizadas de acordo com as disposições contidas nas Instruções Normativas n.º 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas n.º 127/2013 e Portaria n.º 175/2013, todos os atos emanados do Tribunal de Contas da União.

Considerando a natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional do Relatório de Gestão, foram consolidadas neste documento as informações subsidiadas por dados fornecidos pelas diversas unidades que compõem este Tribunal, que atestam o desempenho operacional do Órgão, bem como os resultados alcançados, demonstrando a efetiva utilização dos recursos orçamentários a ele destinados.

Com foco nos objetivos estratégicos e no alcance do *status* que atenda à visão de futuro almejada, as ações realizadas guardaram consonância com as perspectivas do Planejamento Estratégico 2010/2014.

No que tange às principais realizações da gestão no exercício de 2013, destacam-se:

- I – Implantação do Projeto Biometria;
- II – Revisão Eleitoral nos 16 (dezesseis) municípios do Estado;
- III – Construção e reformas nos Cartórios Eleitorais;
- IV – Aquisição de um ônibus com adaptações para o serviço eleitoral – Posto de Atendimento móvel da Justiça Eleitoral;
- V – Eleição Suplementar no Município de Pedra Branca do Amapari.

A dimensão da implantação do Projeto Biometria c/c a Revisão Eleitoral nos municípios do Amapá gerou no exercício de 2013 o quantitativo de 264.930 atendimentos nos cartórios eleitorais, contratação de 81 atendentes de biometria e 14 Técnicos de Informática, diversas jornadas itinerantes visando o atendimento aos eleitores nas localidades de difícil acesso.

A importância deste projeto não se resume simplesmente na facilidade do ato de votar com a “digital”. Por meio da Biometria, a Justiça Eleitoral alcança o(a): Aprimoramento da interação com a sociedade, Promoção da cidadania, Ampliação da interação com outros órgãos públicos, Estruturação da gestão do informação e do conhecimento, Aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, dentre outros.

O Estado do Amapá é o único da região Norte que possui todos os eleitores habilitados a votar utilizando a urna com leitor de biometria nas eleições vindouras.

Outro ponto de destaque da Justiça Eleitoral do Amapá foi o acompanhamento do planejamento orçamentário e acompanhamento do orçamento unificado (Of. Circular SOF/TSE n.º



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

917/2014) que após a apuração do encerramento do exercício financeiro de 2013 obtivemos excelente desempenho em comparação aos demais Tribunais Eleitorais e ao TSE, conforme tabela abaixo:

Desempenho Orçamentário – Janeiro a Dezembro/2013

INDICADOR		ANO 2013 - POSIÇÃO FINAL		
		META (%)	% ATINGIDO	RANKING JE
Execução Planejada (Aderência)	20GP (Gestão Adm.)	77,0	77,4	6º
	Capacitação de RH	90,0	99,4	4º
	Obras/Aquis. Imóveis	90,0	89,0	5º
	Total	79,0	79,8	4º
Orçamento Unificado (incluindo Restos a Pagar)*	Total	4,3	1,5	2º
Perdas Orçamentárias*	Total	1,3	1,3	8º

* Indicadores aferidos de forma inversa, visando-se atingir o menor percentual

Fonte: Of Circular SOF/TSE nº 917/2014

O orçamento no ano de referência foi executado em quase sua totalidade, comprovando a eficiência no acompanhamento orçamentário na execução das despesas. No orçamento unificado (incluindo restos a pagar), a meta nacional era 4,3 %, este Regional obteve 1,5%, alcançando no *ranking* nacional a 2ª posição dentre os Tribunais Regionais Eleitorais

As ações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA/2013 foram conseqüências de um planejamento que contou com a participação de representantes das unidades administrativas que compõem o organograma, nos níveis estratégicos e táticos.

As principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das atividades foram a sobrecarga de serviços e ações decorrentes da implantação do projeto biometria c/c a revisão eleitoral nos municípios amapaenses. O Quadro de servidores aquém da necessidade, demandas do Conselho Nacional de Justiça (metas nacionais e justiça em números), orçamento disponível etc.

Foram identificados itens constantes nos normativos do TCU que não se aplicam à natureza jurídica ou não há conteúdo a ser informado motivo pelo qual foram suprimidos deste Relatório. Mas, catalogados no quadro geral de exclusões.

Embora já tenham sido iniciadas ações ou implantadas ferramentas modernas voltadas à Administração Pública, tais como planejamento estratégico, gestão por competência, mapeamento de processos e programa qualidade de vida no trabalho. Há necessidade de melhorias na seara administrativa que promovam a institucionalização dos macroprocessos finalísticos e de apoio, da avaliação de riscos etc.

Assim, no exercício das competências legais e regimentais que lhes são atribuídas, foram desenvolvidas atividades em consonância com os princípios constitucionais e infraconstitucionais, na aplicação dos recursos públicos com ética, responsabilidade e transparência.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Denominação Abreviada: TRE-AP			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: UO – 14.128	Código SIAFI: 070029	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 34.927.343/0001-18	
Principal Atividade: regulamentação e fiscalização do processo eleitoral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 2101-1502	(096) 2101-1510	(096) 2101-1611
Endereço Eletrônico: dg@tre-ap.jus.br			
Página na Internet: http://www.tre-ap.jus.br			
Endereço Postal: Av. Mendonça Júnior, 1502 – Centro, CEP: 68900-020 – Macapá/AP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal: arts. 92, V, 118, II e 120. Ata de instalação do TRE/AP – (10/02/1992)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções TRE/AP n°s: 402/12- Regimento Interno e 406/2012 – Regulamento da Secretaria			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno. Carta de Serviços ao Eleitor. Carta de Serviços do 2º Grau. Cartilha das Eleições aos Candidatos. Disponibilizados no sítio www.tre-ap.jus.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
070029	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
070029		00001	



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1.2 Finalidades e Competências Institucionais

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 13 (treze), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral. Na capital do Estado, face o expressivo quantitativo de eleitores, são realizados atendimentos em outros dois pontos fixos: Superfácil da Zona Sul e no Norte.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.

1.3 Organograma Funcional

A estrutura organizacional está descrita na Resolução nº 406/2012 - Regulamento da Secretaria do TRE/AP que fixa as competências das unidades e as atribuições dos seus titulares.

1.3.1 Nível Estratégico:

a) Presidência: unidade de cúpula de toda a estrutura da Secretaria do TRE/AP. Ocupada, exclusivamente, por um Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado eleito pelo Pleno do TRE/AP. São três unidades de apoio direto: Assessoria Técnico-Jurídica (assessoramento jurídico-administrativo); Coordenadoria de Controle Interno (atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial); e Assessoria de Planejamento e de Gestão Estratégica (planejamento estratégico do órgão e das eleições, planos de ação e acompanhamento e consolidação de dados ao CNJ e TCU);

b) Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral: dentre suas atribuições, compete substituir o presidente na sua ausência, promover inspeção e correição dos serviços



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

eleitorais do Estado, presidir sindicância contra juízes eleitorais, determinar a apuração de notícia de crime eleitoral, verificar a existência de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando por provimento ou circular.

c) **Diretoria-Geral:** compete planejar, coordenar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Secretaria do Tribunal. Dispõe de uma Assessoria Técnico-Jurídica e do Gabinete para apoio na consecução de suas atividades.

1.3.2 Nível Tático:

a) **Secretaria de Administração e Orçamento:** planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos materiais, patrimoniais, licitações, contratações e aquisições, serviços gerais, obras e projetos, manutenção e conservação predial, e ainda as atividades relacionadas administração orçamentária e financeira do Tribunal, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades. Possui três coordenações: **Orçamento e Finanças** (planos anuais e plurianuais, propostas orçamentárias, solicitações de créditos adicionais, bem como liberação dos recursos orçamentários e financeiros); **Serviços Gerais** (manutenção e conservação dos imóveis e dos veículos oficiais e de fiscalização dos contratos) e **Material e Patrimônio** (aquisição, guarda, padronização, registro, distribuição, conservação e desfazimento de material de consumo e permanente);

b) **Secretaria de Gestão de Pessoas:** planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Pessoal** (atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal, folhas de pagamento e registros funcionais) e **Desenvolvimento** (planeja e supervisiona as atividades referentes à seleção, recrutamento, avaliação e lotação de pessoal).

c) **Secretaria de Tecnologia da Informação:** planejar e supervisionar as atividades relativas à área de gestão de tecnologia da informação, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas adotados na execução dessas atividades. Possui duas coordenações: **Soluções Corporativas** (desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação considerando as diretrizes definidas pela administração) e **Infraestrutura** (planeja e gerencia a infraestrutura de serviços, os equipamentos de tecnologia da informação e a comunicação de dados além de suporte operacional às unidades do Tribunal e Zonas).

d) **Secretaria Judiciária:** secretariar as sessões judiciais, ordinárias, extraordinárias e as solenes, proceder aos atos ordinatórios, nos termos do art. 162, § 4º do Código de Processo Civil, de acordo com a determinação do juiz relator. Possui duas coordenações: **Registros e Informações Processuais** (planeja e supervisiona as atividades relativas aos atos judiciais, examina e subscreve os atos e termos processuais, expede e autentica as certidões ou cópias extraídas dos autos) e **Sessões e Jurisprudência** (planeja e supervisiona as atividades relacionadas às sessões plenárias, realiza a conferência e a revisão das atas das sessões e das notas de julgamento e demais serviços).

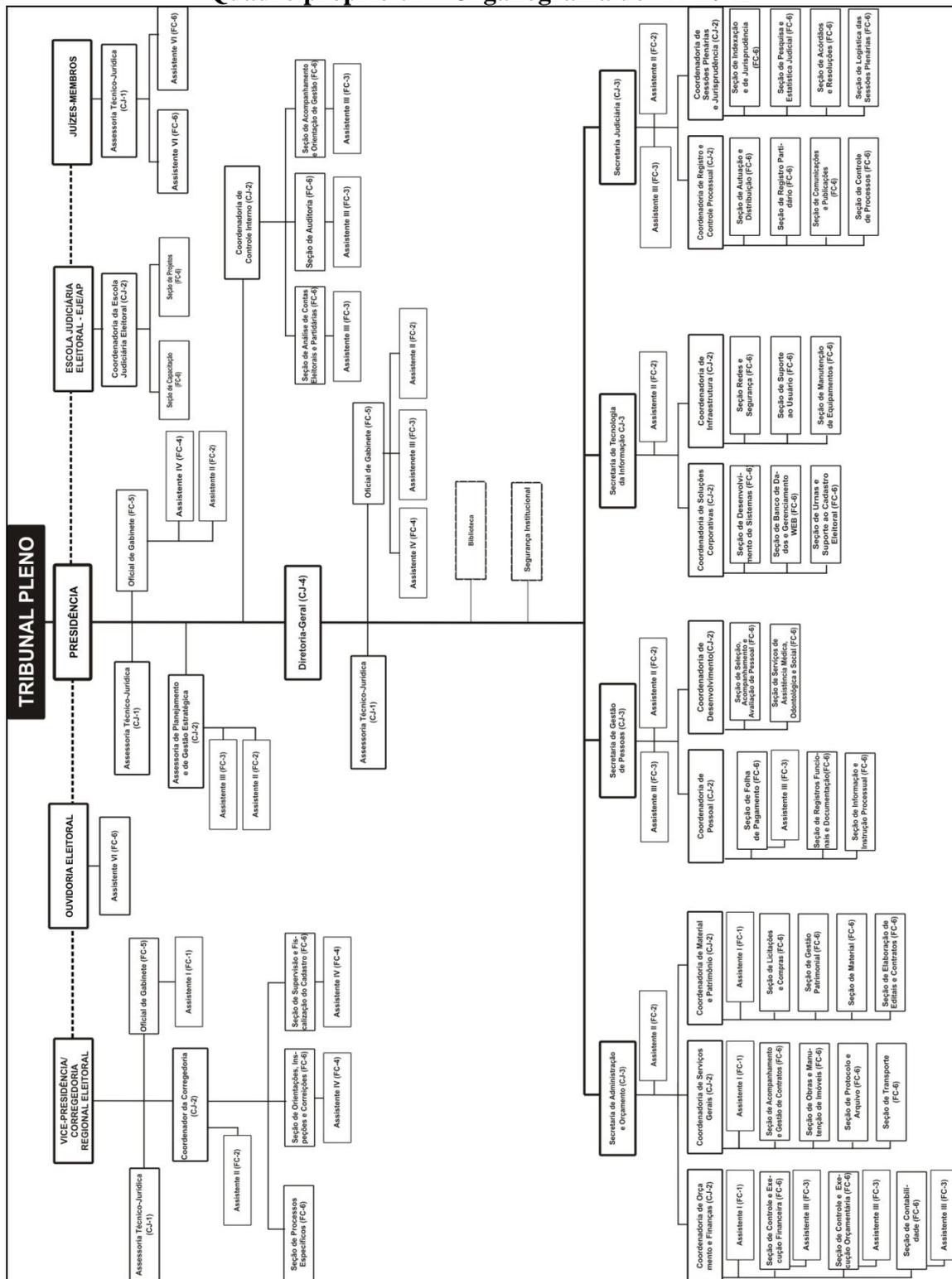
e) **Escola Judiciária Eleitoral:** Promove a realização de cursos de capacitação, formação e pós-graduação de magistrados e servidores, voltados às áreas de conhecimento diretamente ligadas à Justiça Eleitoral, especificamente o Direito Público, com ênfase em Direito



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Eleitoral. A sua organização e o seu funcionamento está disciplinado na Resolução nº 218/2003, alterada pela Resolução nº 403/2012.

Quadro próprio 01 – Organograma do TRE/AP





JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteando-se pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.

Para esta Justiça Especializada, garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia exprimem sua razão de existir, compondo a missão institucional.

São macroprocessos finalísticos:

I - Prestação de Serviços ao Cidadão;

II - Logística do Processo Eleitoral;

III- Prestação Jurisdicional Eleitoral.

Os principais usuários ou destinatários: sociedade em geral, destacando-se neste universo os eleitores, partidos políticos e candidatos.

I Prestação de Serviços ao Cidadão

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos a inscrição, movimentações e atualização da situação do eleitor, tais como alistamento, transferência de domicílio, revisão de dados, expedição de segunda via de título e emissão de certidões. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

a) Alistamento Eleitoral: processo que habilita o indivíduo, perante a Justiça Eleitoral, como eleitor e sujeito de direitos políticos, conquistando a capacidade eleitoral ativa (direito de votar). Esse processo ocorre basicamente em três fases: Qualificação, ato pelo qual a pessoa natural faz prova de que é alistável por preencher todos os requisitos previstos em lei; Inscrição: preenchimento do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (formulário eletrônico); Deferimento, o RAE, devidamente instruído, é encaminhado para o Juiz Eleitoral para análise.

b) Transferência de Domicílio: o alistamento eleitoral vincula o eleitor a uma seção eleitoral de uma zona pertencente a um determinado município, declarado como seu domicílio eleitoral. Pela transferência é possível ao eleitor requerer a mudança desse domicílio que não se confunde com o civil.

c) Expedição de Segunda Via: em caso constatado de perda ou extravio de título eleitoral, assim como sua inutilização ou dilaceração, o eleitor poderá solicitar ao juiz de seu domicílio a expedição de segunda via.

d) Revisão dos dados: o eleitor, ao comparecer numa unidade desta Justiça, tem seus dados revisados de modo a manter seu cadastro atualizado.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

e) Emissão de Certidões: emissão de certidão de quitação eleitoral e criminal eleitoral aos eleitores de modo a aferir a regularidade com as obrigações eleitorais.

f) Filiação Partidária: ato pelo qual o eleitor, formalmente, manifesta sua adesão ao programa de um partido político. O eleitor deverá requerer ao partido político sua filiação cuja análise ocorre *interna corporis*.

No ano de 2013, foram realizados 264.930 atendimentos, distribuídos nas 13 (treze) zonas e postos eleitorais na capital e interior. Destaca-se a participação desta Justiça em várias ações sociais em escolas, associações de bairros, centro comunitários, SESC (ação global) e etc.

Os serviços oferecidos foram: alistamento, revisão, transferência e expedição da segunda via do título eleitoral ao público. Ademais, realizou inúmeros atendimentos itinerantes às localidades de difícil acesso.

Quadro Próprio 02 - Identificação das Zonas Eleitorais, Municípios e Eleitorado

Zona Eleitoral	Município	Eleitorado
1º ZE	Amapá	5.464
1ª ZE	Pracuúba	2.578
2º/10ª ZE	Macapá	282.160
3º ZE	Calçoene	7.153
4º ZE	Oiapoque	16.071
5º ZE	Mazagão	12.145
6º ZE	Santana	71.023
7º ZE	Laranjal do Jari	26.787
8º ZE	Tartarugalzinho	7.141
9º ZE	Ferreira Gomes	5.293
10º ZE	Cutias	3.390
10º ZE	Itaubal	4.061
11º ZE	Serra do Navio	3.208
11ª ZE	Pedra Branca do Amapari	7.681
12º ZE	Porto Grande	12.070
13º ZE	Vitória do Jari	9.416
Total		475.641

Fonte: www.tre-ap.jus.br – eleitorado em 31/12/2013

II Logística do Processo Eleitoral

Envolve a operacionalização do processo eleitoral, abrangendo preparação, realização das eleições, apuração dos votos e diplomação dos eleitos. A logística do processo eleitoral desdobrou-se em 17 subprocessos:

a) Fechamento do Cadastro Eleitoral: estruturação física e de recursos humanos compatível com a elevada demanda que caracteriza o período anterior ao prazo final para regularização do cadastro eleitoral.

b) Comissões Estratégicas: comissões responsáveis pelo gerenciamento da execução do planejamento das eleições gerais de 2014;



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

c) Mesários e Coordenadores dos locais de votação: conjunto de ações relacionadas a convocação e treinamento de mesários e coordenadores.

d) Ações Administrativas: atividades como elaboração de proposta orçamentária de pleitos, execução do Orçamento de Pleitos Eleitorais, planejamento de aquisição de materiais e combustíveis, contratação de filmagem para Votação Paralela, contratação de pessoal de apoio, dentre outros;

e) Suprimento de Fundos: ações visando a regular aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos;

f) Locais de Votação: ações destinadas a verificar as condições físicas dos locais escolhidos para o funcionamento das seções eleitorais, a fim de apurar a viabilidade e possíveis necessidades de reparos em sua infra-estrutura, e divulgação dos locais de votação com as possíveis agregações de seções.

g) Treinamentos: capacitação de servidores e pessoal terceirizado para apoio às zonas eleitorais em relação aos procedimentos de urna eletrônica, juntas eleitorais, voto cantado e transmissão de dados e condutas vedadas para o pleito eleitoral;

h) Reuniões/seminários destinadas aos Partidos Políticos, OAB e Conselho Regional de Contabilidade – CRC que abordaram as normas reguladoras das prestações de contas eleitorais, registro de candidatura e propaganda eleitoral;

i) Comunicação Social: publicidade de todas as etapas da logística e do processo eleitoral;

j) Registro de Candidatura: processar o registro de candidaturas dos possíveis candidatos a cargos eletivos;

k) Propaganda Eleitoral: fiscalização da propaganda eleitoral;

l) Ações Judiciais Eleitorais: análise e apreciação dos feitos em matéria eleitoral;

m) Transmissão de Dados: conjunto de ações destinadas a prover os pólos de transmissão localizados na Capital e Interior dos meios para transmissão dos Boletins de Urnas, afim de agilizar a totalização dos votos;

n) Logística de Urnas: conjunto de procedimentos técnicos de manutenção e preparação das urnas eletrônicas utilizadas no Pleito Eleitoral;

o) Prestação de Contas de Campanha Eleitoral: analisar e julgar a prestação de contas de candidatos e partidos;

p) Juntas Eleitorais: conjunto de ações para formação deste órgão da Justiça Eleitoral com finalidade de apurar o resultado das Eleições.

q) Diplomação dos Eleitos: habilitar eleitos e suplentes para exercer o mandato.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

III Prestação Jurisdicional Eleitoral:

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: 1º Grau (Juízes das Zonas Eleitorais) e de 2º Grau (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições implicam em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

Todas as informações contidas no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, salvo as que de sigilo de justiça, estão disponibilizadas na rede mundial de computadores e podem ser acessadas.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

1.5 Principais Macroprocessos de Apoio

Macroprocessos de apoio compreendem o conjunto de processos de apoio, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado da organização. Servem para alicerçar os macroprocessos finalísticos e a realização da missão institucional.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

1.5.1 Gestão de Pessoas:

Os principais programas e ações vinculadas à gestão de pessoas são: Assistência pré-escolar, Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Assistência médica-odontológica, Pagamento de ativos, aposentadorias e pensões, Capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento de estratégias no sentido de se promover a integração, interação e valorização dos servidores e terceirizados.

1.5.2 Infraestrutura, Materiais e Serviços.

São atividades relativas à gestão de recursos materiais e serviços necessários ao funcionamento desta Instituição. Desdobram-se em administração das atividades de aquisição de bens e serviços, atividades pertinentes a gestão de contratos, administração de bens móveis, gestão de transportes, segurança institucional, manutenção patrimonial, planejamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas administração orçamentária e financeira.

1.5.3 Controle e Auditoria.

Atividades relativas ao acompanhamento, orientação e correição. Na Corregedoria Regional Eleitoral, destina-se a averiguar a regularidade e a eficiência das atividades cartorárias e dos serviços eleitorais executados quanto ao estrito cumprimento da lei e dos prazos, bem como a integridade do cadastro eleitoral.

As atividades de orientação e acompanhamento dos atos de gestão relativos a licitação e contratos, à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadoria e pensões são realizados pela Coordenadoria de Controle Interno.

1.5.4 Gestão de Tecnologia da Informação:

A Gestão de Tecnologia da Informação é de competência da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI. Tem como função a manutenção do parque computacional, dos equipamentos da rede de telecomunicação, manutenção e permanente atualização do portal do TRE-AP na internet, sistema de telefonia e desenvolvimento e manutenção de sistemas para suprir as necessidades dos clientes internos e externos em demandas para a atividade finalística ou administrativa.

Além das atividades técnicas inerentes, é de responsabilidade da STI o suporte à realização de eleições oficiais e não oficiais, guarda e manutenção preventiva/corretiva das urnas eletrônicas, administrar e manter o cadastro de eleitores, gerenciar e zelar pela segurança da informação.

1.5.5 Execução Orçamentária e Financeira:

Atividades afetas a gestão do Orçamento são de responsabilidade da Secretaria de Administração e Orçamento e circunscrevem na contabilização dos atos e fatos de gestão



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

orçamentária, financeira e contábil, programação e utilização de recursos financeiros, acompanhamento da efetiva execução orçamentária e proposição de ajustes quando necessário.

1.6 Principais Parceiros

- a) Governo do Estado do Amapá e Prefeituras Municipais;
- b) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá;
- c) Ministério Público Federal e Estadual
- d) Polícia Federal e Militar;
- e) Escolas, Associações de Bairros e etc;
- f) Imprensa local.

No ano de 2013, as parcerias tiveram como principal alvo o apoio logístico para realização dos trabalhos de Revisão Biométrica (Prestação de Serviços ao Cidadão) e a eleição suplementar no Município de Pedra Branca do Amaparí (Logística do Processo Eleitoral).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;

O Planejamento Estratégico, aprovado em janeiro de 2010, tem como marco final o ano de 2014. Foi concebido para nortear a gestão do Tribunal, ao longo deste quinquênio.

Foi desenvolvido com base nas premissas contidas na Resolução do CNJ, nº 70/2009, que instituiu a Estratégia do Poder Judiciário.

O TSE enviou técnicos da Fundação Getúlio Vargas a este Regional para prestar consultoria na elaboração e a metodologia utilizada foi o *Balanced Score Card – BSC*.

Orientado para dar efetividade à missão e visão institucional, o planejamento estratégico está estruturado sob as perspectivas:

- I **sociedade**, cujo objetivo é prestar serviços de excelência, garantindo a legitimidade do processo eleitoral;
- II **processos internos**, com foco no aprimoramento da eficiência operacional, atuação institucional, responsabilidade social, alinhamento e integração;
- III **recursos**, no tocante a gestão de pessoas, orçamento, infraestrutura e tecnologia.

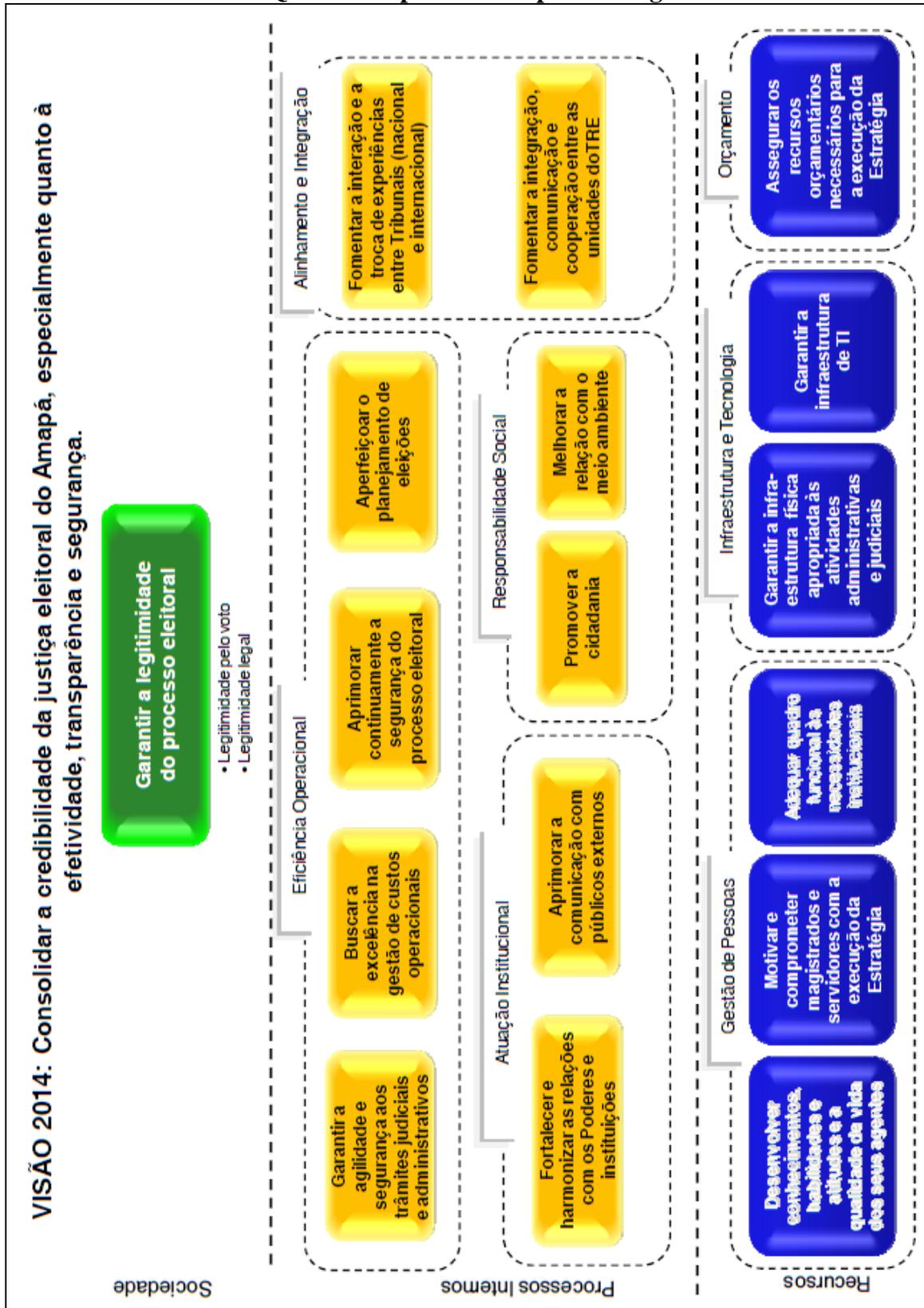
O Planejamento Estratégico 2010-2014 encontra-se estruturado na conformidade do mapa estratégico constante no quadro próprio 03 – Mapa Estratégico.

O TSE editou a Portaria nº 154/2014 (DJE-TSE, nº 054, de 20/03/2014) determinando que a elaboração do novo planejamento estratégico da Justiça Eleitoral, sob a coordenação do TSE, somente será realizada após o término das eleições de 2014.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio 03 - Mapa Estratégico





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais Órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

A vinculação do Plano Estratégico está refletida na missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Neste contexto, a visão 2014: Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral do Amapá, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

O PPA do Governo Federal abrange o período 2012-2015, distinto do período abarcado pelo Planejamento Estratégico deste Tribunal, 2010-2014 e do Poder Judiciário. Portanto, anterior ao PPA vigente.

Dessa forma, e em razão das peculiaridades dessa Justiça Especializada, o PPA do Governo Federal não guarda grandes similaridades com o atual Planejamento Estratégico, nem há entre os Programas Temáticos do Anexo I da Lei 12.593/2012, qualquer que seja de responsabilidades desta Corte Especializada.

Com relação ao Anexo II que trata dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, os programas intrínsecos são: Programa 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário e Programa 0570 - Gestão do Processo Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro Próprio 04 – Programa 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
	Descrição: Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização dos processos de trabalho e da aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços, bem como da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional e às atividades administrativas.
Objetivo:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
	Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.
Tema: Gestão de Pessoas	
Objetivo:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.
	Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.
Tema: Orçamento	
Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
	Descrição: Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia.

Quadro Próprio 05 - Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral

Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Aperfeiçoar o planejamento de eleições
	Descrição: Promover a integração e a padronização dos procedimentos de preparação das eleições
Objetivo:	Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral
	Descrição: Garantir o aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, com o objetivo de prevenir ocorrências de erros ou fraudes.
Tema: Sociedade	
Objetivo:	Garantir a legitimidade do processo eleitoral.
	Descrição: Assegurar que os representantes políticos sejam legitimados pelo voto e atendam às exigências legais.

c) Principais objetivos estratégicos para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Para concretização da missão institucional ora delineada e alcance da visão de futuro definida foram estabelecidos 16 objetivos estratégicos.

As principais estratégias abordadas frente aos objetivos estabelecidos se referem mais aos obstáculos relativos à mudança que está sendo proposta pelo CNJ e pelo TCU ao padrão cultural de gestão administrativa estabelecido no serviço público brasileiro do que ao cumprimento das metas em si.

A primeira delas é a necessidade de se trabalhar com indicadores, outra é a customização das metodologias de gestão de projetos e de gestão de processos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Necessário citar que 2013 foi o ano que todas as ações e esforços foram direcionados a realização do cadastramento biométrico dos eleitores na circunscrição do Estado do Amapá. Esta sazonalidade gerou um aumento no volume das tarefas que superou, inclusive, o esforço na realização das eleições municipais. Tivemos, ainda, a realização de uma eleição suplementar no município de Pedra Branca do Amapari/AP.

Quadro Próprio 06 - Objetivos Estratégicos

Tema: Orçamento	
Objetivo:	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.
Tema: Infra-Estrutura e Tecnologia	
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura de TI.
Objetivo:	Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.
Tema: Gestão de Pessoas	
Objetivo:	Adequar o quadro funcional às necessidades institucionais.
Objetivo:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia
Objetivo:	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes e a qualidade de vida dos servidores.
Tema: Responsabilidade Social	
Objetivo:	Melhorar a relação com o meio ambiente.
Objetivo:	Promover a cidadania.
Tema: Atuação Institucional	
Objetivo:	Aprimorar a comunicação com o público externo.
Objetivo:	Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições
Tema: Alinhamento e Integração	
Objetivo:	Fomentar a Integração e troca de experiências entre os Tribunais (nacionais e internacionais)
Objetivo:	Fomentar a integração, comunicação e cooperação entre as unidades do TRE
Tema: Eficiência Operacional	
Objetivo:	Aperfeiçoar o planejamento de eleições.
Objetivo:	Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.
Objetivo:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
Objetivo:	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Com relação a identificação e avaliação de riscos envolvidos na realização dos objetivos estratégicos não há um procedimento formal. A análise e a resposta aos riscos são feitas de forma empírica.

Salvo o incremento de atividades decorrentes da logística do cadastramento biométrico não ocorreu revisão dos macroprocessos no ano de 2013.

No tocante as limitações internas destacam-se:

I - o quadro de pessoal da Justiça Eleitoral do Amapá em face de demanda de serviços está aquém do quantitativo mínimo necessário para realização da missão institucional.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Não raro há servidores envolvidos em comissões, programas, projetos ou necessidades díspares de suas unidades administrativas, seja no deslocamento ao interior do Estado para prestar apoio nos cartórios eleitorais motivado por ausência de servidores efetivos, sobrecarga de serviços ou fato superveniente no mesmo sentido, nos cartórios da Capital.

Algumas ações na perspectiva sociedade ou atuação institucional demandam um considerado quantitativo de servidores para seu planejamento e execução. Porém, há sempre servidores voluntários para assumir estas responsabilidades.

Não há qualquer tipo de compensação financeira ou sequer o cômputo de carga horária extraordinária.

II - as estruturas imobiliárias atendem satisfatoriamente aos requisitos básicos de atendimento ao público e aos serviços internos nos 13 (treze) municípios sede de zonas e postos eleitorais.

Os municípios de Itaubal, Cutias do Araquari e Pracuúba pelo quantitativo de eleitores e demandas jurisdicionais não possuem prédios próprios. Contudo, não ficam desassistidos, pois são realizadas viagens itinerantes para prestar serviços aos eleitores.

As instalações do Cartório Eleitoral do Município de Santana (segundo maior eleitorado do Estado) não apresentam condições satisfatórias (eleitores x espaço físico). Funciona em um pequeno recinto cedido gratuitamente pelo Tribunal de Justiça do Amapá. No ano de 2011 foi iniciada a construção de um prédio com nova previsão de entrega no final de 2014.

III - os Equipamentos e Veículos atendem a necessidade e há uma constante renovação da frota e atualização do parque computacional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Ações

2.2.1.1 Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 01

Identificação da Ação						
Código	14J1			Tipo: Projeto		
Título	Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Ferreira Gomes - AP					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.280,00	56.896,00	50.821,20	0	0	0	50.821,20
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cartório Ampliado - Percentual de Execução Física		%	100,00		-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 02

Identificação da Ação						
Código	14J2			Tipo: Projeto		
Título	Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Mazagão -AP					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
62.980,00	62.980,00	59.224,12	0	0	0	59.224,12
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cartório Ampliado - Percentual de Execução Física		%	100,00			-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 03

Identificação da Ação						
Código	14J5			Tipo: Projeto		
Título	Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Serra do Navio -AP					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
62.980,00	44.086,00	42.196,97	0	0	0	42.196,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cartório Ampliado - Percentual de Execução Física		%	100,00			-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 04

Identificação da Ação						
Código	14J7				Tipo: Projeto	
Título	Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Vitória do Jari -AP					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
88.720,00	64.036,00	61.129,26	0	0	0	61.129,26
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cartório Ampliado - Percentual de Execução Física		%	100,00			-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 05

Identificação da Ação						
Código	7T79				Tipo: Projeto	
Título	Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santana -AP					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.800.000,00	1.800.000,00	1.652.716,86	294.866,58	294.866,58		1.357.850,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cartório Ampliado - Percentual de Execução Física		%	100,00			-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 06

Identificação da Ação						
Código	2004				Tipo: Atividade	
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
827.904,00	827.904,00	827.904,00	823.307,68	823.307,68	0,00	4.596,32
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	448,00		456,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
706,07	706,07	-	Pessoa Beneficiada	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS – 07

Identificação da Ação						
Código	2010				Tipo: Atividade	
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
350.270,00	350.270,00	317.100,57	317.100,57	317.100,57	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Criança Atendida		Unidade	52,00		52,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 08

Identificação da Ação						
Código	2011				Tipo: Atividade	
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200,00	1.200,00	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	1,00			-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 09

Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.260.000,00	1.260.000,00	1.230.269,92	1.230.269,92	1.230.269,92	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	148,00			148,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 10

Identificação da Ação						
Código	20GP			Tipo: Atividade		
Título	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.024.844,00	10.110.127,00	10.108.677,08	8.081.293,76	8.024.418,61	56.875,15	2.027.383,32
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Eleitor Atendido		Unidade	447.619,00			447.555,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.474.661,35	1.435.464,21	2.568,71	Eleitor Atendido	Unidade	-	

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 11

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: Operações Especiais			
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
818.000,00	823.951,00	773.543,25	773.543,25	773.543,25	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não há previsão de meta física prevista na LOA/2013						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 12

Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo: Atividade	
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.154.045,00	21.631.302,00	21.631.302,00	21.121.119,02	21.121.119,02	0,00	510.182,98
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não há previsão de meta física prevista na LOA/2013						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.103.479,35	2.103.479,35	-	Não há previsão de meta física prevista na LOA			

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 13

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.955.268,00	3.875.998,00	3.868.060,02	3.803.794,14	3.803.794,14	0,00	64.265,88
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não há previsão de meta física prevista na LOA/2013						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
17.044,96	17.044,96	-	Não há previsão de meta física prevista na LOA			

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 14

Identificação da Ação						
Código	4269					Tipo:
Título	Atividade Pleitos Eleitorais					
Programa	Gestão do Processo Eleitoral					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	-	95.706,00	95.706,00	95.706,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro A.2.1.1 - Ações – OFSS - 15

Identificação da Ação						
Código	7832					Tipo:
Atividade	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor					
Título	Gestão do Processo Eleitoral					
Programa	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Unidade Orçamentária	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	-	2.226.656,91	1.885.763,68	1.885.763,68		340.893,23
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Não há saldo nesta conta						

Fonte: SIAFI/SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2.2.1.2 Análise Situacional

O Tribunal Superior Eleitoral editou as Portarias TSE nº 779/2008 e 181/2009, que designam o Diretor Geral do TSE responsável pelo Gerenciamento do Programa 0570 – Gestão do Processo Eleitoral, e os titulares das Unidades Administrativas de cada Regional como Coordenadores de ações orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral, responsáveis pelo acompanhamento e controle da execução física e financeira do Programa, bem como das ações a ele vinculadas, em atenção ao contido na Lei 11.653/2008 e no artigo 3º do Decreto 6.601/2008. Referidas Portaria ainda estão em vigor, apesar da implantação do módulo de acompanhamento orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e da publicação da Lei 12.593/2012, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2012/2015.

Em complementação às referidas Portarias, foi editada a Portaria TSE 302/2013, designando os Titulares das Unidades Administrativas indicados no anexo como responsáveis pela prestação das informações físicas e financeiras sobre as ações orçamentárias no âmbito da Justiça Eleitoral. De acordo com o ANEXO, no âmbito deste Tribunal, são responsáveis pelas ações:

- Diretora Geral: ampliação e construção de Cartórios Eleitorais;
- Secretária de Administração e Orçamento: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral;
- Secretária de Gestão de Pessoas: Assistência Pré-Escolar, Auxílio Transporte, Auxílio-Alimentação, Capacitação de Recursos Humanos, Assistência Médica e Odontológica, Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência, Pagamento de Pessoal Ativo da União e Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis.

Em que pese o gerenciamento do programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União não estar sob responsabilidade data UJ, houve crédito orçamentário consignado na LOA/2013, permitindo inclusão nas análises concernentes às ações deste órgão.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual – LOA/2013, o TRE/AP executou orçamento contemplado em dois Programas de Governo: 0570 - Gestão e Administração do Programa e 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, na Dotação Final R\$ 40.908.750,00 (quarenta milhões e novecentos e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

Vale ressaltar que o orçamento consignado a este Regional contou com Emendas Parlamentares, nos seguintes valores: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral e R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) na ação Construção de Cartório Eleitoral – no Município de Santana.

Alem do orçamento consignado da Lei Orçamentária Anual – LOA/2013, a Unidade Jurisdicionada recebeu provisão orçamentária para atender despesa com Eleição Suplementar para Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Pedra Branca do Amapari, bem como para atualização do cadastro eleitoral, decorrente da implantação do sistema de identificação do eleitor através de incorporação de dados biométricos, nos valores respectivos de R\$ 95.706,00 (noventa e cinco mil e setecentos e seis reais) e R\$ 2.226.671,00 (dois milhões e duzentos e vinte e seis mil e seiscentos e setenta e um reais).



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Em cumprimento às Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 79 e 102, por meio das informações extraídas do SIAFI, a UJ disponibilizou o acompanhamento das ações consignadas no orçamento de 2013, através de relatórios da execução orçamentária, disponíveis na internet, em ícone intitulado Portal da Transparência. Tais informações possibilitaram a divulgação, em tempo real, das atividades da UJ, alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias.

Ainda, o acompanhamento da execução do planejamento previsto na LOA/2013, foi efetivado por meio de avaliações dos dados físicos dos localizadores (subtítulos das ações), captados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Referido sistema permite maior integração entre os projetos de planejamento governamental e o orçamento público, além de contribuir para a melhoria de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Esse processo de avaliação da execução das metas contribui para aumentar o controle dos gastos do órgão na medida em que comunica seus resultados e promove a participação social na apreciação das ações de Governo.

As informações sobre os resultados alcançados, relativas ao programa Gestão e Administração do Programa são prestadas de forma consolidada para toda a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, por ser a Corte Superior responsável pelo gerenciamento do Programas de Governo inscrito na Lei 12.593/2012, que aprovou o Plano Plurianual para o período 2012/2015. Da mesma forma, em relação ao programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União não compete a esta UJ prestar tais informações.

O acompanhamento das ações que possuem metas definidas na LOA/2013 possibilitou um diagnóstico em relação à sua execução, permitindo correção no caso de possíveis restrições ou falha de desempenho. Essas informações foram de essencial importância para o gerenciamento do orçamento.

Vale salientar que as metas previstas para as ações relativas às despesas obrigatórias – benefícios concedidos (transporte, alimentação, pré-escolar, assistência médica e odontológica), são estipulados pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e são baseadas em informações que são prestadas constantemente ao Tribunal Superior Eleitoral. Referidas informações foram lançadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Como indicadores de desempenho físico e financeiro, foram adotados o percentual de eficiência e eficácia das ações com previsão de execução física na LOA, onde:

EFLOA- Eficiência em relação à meta na LOA = (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)

ECLOA – Eficácia (Meta Física Realizada/Meta Física na LOA)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Quadro próprio 08 – Percentual de eficiência e eficácia das ações com previsão de execução física na LOA

AÇÃO	EFICIÊNCIA %	EFICÁCIA %
14J1 - Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Ferreira Gomes - AP	0	0
14J2 - Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Mazagão -AP	0	0
14J5 - Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Serra do Navio -AP	0	0
14J7 - Ampliação do Cartório Eleitoral no Município de Vitória do Jari -AP	0	0
7T79 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santana -AP	61,04	10
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	102,35	101,79
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	110,46	100
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	0	0
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	102,42	100
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral –	125,09	99,99

Fonte: SIOF – Módulo de Acompanhamento Orçamentário.

O desempenho físico e financeiro, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstra responsabilidade na gestão. Houve execução do orçamento em quase sua totalidade, com exceção das ações de Ampliação de Cartórios Eleitorais, que tiveram concluídos os processos licitatórios em dezembro de 2013, com previsão de execução física da obra em 2014, o que justifica a falta de percentual de eficiência e eficácia em relação à LOA/2013. Assim também em relação à ação Auxílio Transporte, que não apresentou execução física, por falta de solicitação do referido benefício por parte dos servidores.

No que tange à ação 7T79 - Construção de Cartório Eleitoral no Município de Santana, o valor consignado na LOA/2013 corresponde à segunda Etapa da obra de Construção do Cartório Eleitoral - No Município de Santana, objeto do PA 23/2013-IX (protocolo 2361/2013). Houve execução de 10% da meta física, ficando a conclusão da obra para 2014.

Em atenção ao disposto no item 2.2.2.3, que trata de ações não previstas na LOA/2013, esta UJ executou R\$ 35.699,41 (trinta e cinco mil e seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos), na ação 5939 – Construção de Cartório Eleitoral – No Município de Santana. Referida ação decorreu de Emenda Parlamentar em 2011, no montante de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Desse total, foi empenhado R\$ 1.099.993,37 (um milhão e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), representando o percentual de 37,93% do total da obra. O valor foi pago em sua integralidade. Na LOA/2013, essa ação foi contemplada com novo código (7T79), representando 62,07% em relação ao total da obra.

A ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral contempla 02 Planos Orçamentários: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e Capacitação de Recursos Humanos. Neste Plano Orçamentário, a execução da meta ocorreu de acordo com o Planejado no Plano Anual de Capacitação – PAC. Atingindo-se o percentual de 100% da meta contemplada na LOA/2013.

De modo geral, as ações consignadas no orçamento 2013 atingiram plenamente sua capacidade de execução, pois foram executadas de forma eficiente e eficaz, não representando problemas em termos orçamentários, haja vista que a execução da despesa consubstanciou-se na dotação orçamentária. Isso reflete um adequado planejamento e satisfatório gerenciamento da UJ.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

a) Indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão - acompanhar o alcance das metas:

Indicador 1:	Índice de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria				
Objetivo Estratégico	Prestar Serviços de excelência.				
O que mede	O percentual de contatos dirigidos à Ouvidoria que receberam respostas.				
Para que medir	Avaliar o grau de prontidão da Ouvidoria				
Quem mede	Ouvidoria				
Quando medir	Trimestralmente				
Onde medir	Registros de comunicações recebidas e expedidas pela ouvidoria				
Como medir	Total de Contatos que Receberam Respostas (TCRR) dividido pelo Total de Contatos Recebidos (TCR).				
	Formula $(TCRR/TCR) \times 100$				
	Obs.: Devem ser excluídos do indicador os contatos definidos, em norma ou instrução aplicável às atividades da Ouvidoria, como improcedentes, inadmissíveis, isentos de necessidade de resposta ou excluídos da competência do Órgão.				
Situação inicial	0% em 2011				
Meta	Responder, anualmente, quantidade igual à de contatos recebidos				
	LB	2012	2013	2014	2015
	NM	100%	100%	100%	100%
Análise de 2012	Não Mensurado				
Resultado 2012	NM				
Análise de 2013	Total de 21 solicitações (19 por e-mail e 2 por telefone)				
Resultado 2013	19 solicitações foram atendidas e 2 não, totalizando 90,5% de cumprimento				

Indicador 2:	Percentual de eleitores com cadastro biométrico				
Objetivo Estratégico	Aprimorar o processo eleitoral				
O que mede	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total				
Para que medir	Acompanhar a evolução do percentual de eleitores com cadastro biométrico de modo a evitar fraudes de identificação				
Quem mede	Secretaria de tecnologia da Informação				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional				
Como medir	Total acumulado de Eleitores com Cadastramento Biométrico (TECB), dividido pelo Total de eleitores (TE).				
	Formula $(TECB/TE) \times 100$				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Atingir 100% do eleitorado cadastrado biometricamente				
	LB	2012	2013	2014	2015



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Indicador 2:	Percentual de eleitores com cadastro biométrico				
	100%	2%	95%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				
Análise de 2012	No universo de 447.515 eleitores, foram revisados com cadastro biométrico 5.199				
Resultado 2012	Cumprimento 1.16%				
Análise de 2013	No universo de 443.739 eleitores, foram revisados com cadastro biométrico 321.792				
Resultado 2013	Cumprimento 73%				

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento
Para que medir	Verificar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria
Quando medir	Mensalmente
Onde medir	SADP
Como medir	<p>1º Grau: Total de processos baixados no 1º grau no período base (Tbaix 1º) dividido pelo total de casos novos (CN1º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º) subtraído de um.</p> <p>Formula $1 - (Tbaix1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ))$</p> <p>Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando. Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos;</p> <p>Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;</p> <p>Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado;</p> <p>Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o juízo q o remeter, nem como caso novo para o juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima;</p> <p>Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais. Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral). Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato de Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; Apuração de Eleição; Embargos a Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandato de segurança; Petição de Natureza Judicial; Prestação de Contas ; Registro de Cãndidaturas; e Representação</p> <p>2º Grau</p> <p>Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º) dividido pelo total de casos novos (CN2º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um.</p>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Indicador 3:	Taxa de Congestionamento				
	Formula $1-(T\text{Baix}2^\circ/(CN2^\circ+CP2^\circ))$				
	<p>Obs.: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando. Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; não constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista;</p> <p>Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deverá ser considerado;</p> <p>Averiguar</p> <p>Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais;</p> <p>Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra a decisão monocrática de juiz substituto e as correições parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento);</p> <p>e</p> <p>Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal eleitoral; Ação Rescisórias; Apuração de Eleição; Conflito de Competência; Embargos a Execução; Exceções; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança; Pedido de Desaforamento; Petição; Prestação de Contas; Reclamação; Recurso em Mandado de Injunção; Recurso em Mandado de Segurança; Registro de Candidatura; Representação; Revisão Criminal; e Suspensão de Segurança/Liminar.</p>				
Situação inicial	40% em 2011				
Meta	Reduzir para percentual inferior a 5% até 2015				
	LB	2012	2013	2014	2015
	50%	<40%	<30%	<15%	<5%
Análise de 2011	Medição realizada em dezembro de 2011 indicou a taxa de 62% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números				
Resultado 2011	62%				
Análise de 2012	Medição realizada em dezembro de 2012 indicou a taxa de 32% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números.				
Resultado 2012	32%				
Análise de 2013	Medição realizada em dezembro de 2013 indicou a taxa de 66% de congestionamento, informações extraídas do programa justiça em Números.				
Resultado 2013	66%				

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação interna e externa
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito da Justiça Eleitoral disponibilizadas na íntegra na Internet.
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria
Quando medir	Mensalmente
Onde medir	SADP e Internet



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Indicador 4:	Percentual de disponibilização do inteiro teor das decisões preferidas, na internet				
Como medir	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na internet, dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem. Formula $(TPP/TPJ) \times 100$				
	Obs.: Serão consideradas decisões para o 1º Grau as sentenças e para o 2º Grau as decisões monocráticas e acórdãos				
	Obs2.: No 1º Grau será considerada a publicação integral da sentença e no 2º Grau a publicação do acórdão completo para configuração do "inteiro teor".				
Situação inicial	1,6% em 2011				
Meta	Disponibilizar o inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito do TRE-AP-AP ate 2013				
	LB	2012	2013	2014	2015
		90%	100%	100%	100%
Análise de 2011	Não Mensurado				
Resultado 2011	NM				
Análise de 2012	Todas as decisões são publicadas automaticamente na internet				
Resultado 2012	100%				
Análise de 2013	Todas as decisões são publicadas automaticamente na internet				
Resultado 2013	100%				



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

b) Cumprimento de Metas 2013 estabelecidas pelo CNJ

Nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, em Aracaju/SE, no 6º Encontro Nacional, foram aprovadas as metas nacionais para o ano de 2013. Esse ano foi de primordial importância para os objetivos de proteção dos direitos do cidadão e da probidade administrativa.

Relacionadas à probidade pública, foram instituídas as metas 16 e 17, cujos objetivos eram, respectivamente, fortalecer a estrutura de controle interno nos tribunais e desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

Os dados relativos ao cumprimento das metas de 2013 são informados pelos tribunais por meio do sistema de metas nacionais do judiciário, disponível no sítio eletrônico do Conselho Nacional de Justiça - Sistema de Controle de Acesso / SCA.

Quadro próprio 09 – Metas/2013-CNJ

Meta	Descrição	Percentual de Cumprimento	Análise
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013	163,06%	O CNJ, ainda, não divulgou o <i>ranking</i> nacional . Contudo, superamos a meta estabelecida.
2	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010	110,57%	O CNJ, ainda, não divulgou o <i>ranking</i> nacional, contudo, superamos a meta estabelecida.
7	Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Eleitoral	Não cumprida	Esta meta depende da união do TSE/TRE's para seu cumprimento. No ano de 2013, somente foi realizada a modelagem dos processos: (1) Atendimento ao Eleitor; (2) Registro e Controle da Suspensão dos Direitos Políticos e Conscrições. Demais planos, ainda, estão pendentes de manifestação das áreas do TSE (CGE, STI, SJD etc).
8	Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral	100%	Foi cumprida em Out/13. A finalidade da Carta de serviços e divulgar os serviços prestados ao cidadão, no 2º Grau da Justiça Eleitoral, fortalecendo a confiança e a credibilidade da sociedade na administração.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Meta	Descrição	Percentual de Cumprimento	Análise
16	Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.	76,47%	O Controle Interno, a exemplo do Tribunal, carece de Recursos Humanos suficiente para realizar a plenitude de suas atribuições. Não há um programa formal de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna. Porém há monitoramento de qualidade no planejamento, execução e relatório, faltando o monitoramento das recomendações. Outro ponto negativo, diz respeito na definição de estratégias para o gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos.
17	Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	46,15%	O sistema adotado é o Comprasnet do Governo Federal. Utiliza-se, majoritariamente o pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços. O baixo percentual de cumprimento decorre da falta de pessoal e, não adotar o procedimento administrativo virtual, mapeamento de processo de licitação de obras de engenharia, nos termos das perguntas da citada meta.
19	Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça,... os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI.	Suspensa	O próprio CNJ enviou aos Tribunais Brasileiros o Acompanhamento de chamado nº 15673, 26/11/2013 informando: <i>“Em relação ao cumprimento 19 de 2013. . . é a de que a referida meta está suspensa até que seja efetivado um acordo com todos os Órgãos superiores (no caso da Justiça Eleitoral, o TSE)</i>



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO
3.1 Estrutura Orgânica de Controle.

A estrutura de autocontrole e gestão é executada primariamente na Coordenadoria de Controle Interno, que por sua vez, subordina-se hierarquicamente a Presidência deste Tribunal.

A base normativa encontra-se estabelecida no art. 70 da Constituição Federal e nos arts. 7º ao 10 da Resolução nº 406 (Regulamento da Secretaria).

A Coordenadoria de Controle Interno tem por finalidade planejar e supervisionar as atividades de fiscalização e auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, visando ao cumprimento de seus objetivos constitucionais.

É responsável pela elaboração e publicação, com periodicidade mensal, do Boletim de Controle Interno, contendo decisões recentes do TCU, TSE, CNJ sobre assuntos pertinentes às atividades deste Regional.

Para desempenhar suas atribuições regimentais, esta coordenadoria possui 07 (sete) servidores do quadro efetivo e três Seções de apoio:

I Seção de Acompanhamento e Orientação da Gestão

Seção	Acompanhamento e Orientação da Gestão
Forma de atuação	Concomitante com os procedimentos administrativos
Técnica	Análises documentais (controle concomitante) nos processos de licitação, de folha de pagamento dos servidores e magistrados, de concessão de progressão e promoção dos servidores e de concessão do adicional de qualificação dos servidores
Recursos Humanos	02 servidores

II Seção de Auditoria

Seção	Auditoria
Forma de atuação	<i>A posteriori</i>
Técnica	Inspeção física e auditorias por meio de exames documentais, entrevistas e revisão de cálculos.
Planejamento de Auditoria	Feito de forma anual, selecionando objetos previamente avaliados levando-se em consideração a materialidade, relevância e risco, bem como para atender as demandas do CNJ e TCU. Frente às limitações estruturais e volume de exames a serem feitos, promove-se um rodízio



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	<p>dos processos e áreas a serem auditados.</p> <p>As auditorias são feitas por amostragem usando como critérios de definição da amostra, a materialidade, a relevância e o risco.</p> <p>O processo de auditoria é iniciado por estudos para elaboração da matriz de planejamento e os procedimentos são documentados. Há emissão de diligências e relatórios prévios para manifestação dos interessados e por fim, a emissão de relatório definitivo.</p> <p>Os achados são incorporados à atividade de controle concomitante com vistas ao monitoramento.</p>
Exames permanentes	Suprimento de Fundos (controle concomitante e a <i>posteriori</i>), atos de admissão de servidores registrados no SISAC e verificação dos registros no SIAFI
Recursos Humanos	02 servidores

III Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias

Seção	Análise de Contas Eleitorais e Partidárias
Forma de atuação	<p>Prévio: orientações por meio de palestras, treinamentos e comunicações via <i>e-mail</i>, telefone.</p> <p>Concomitante: Análises documentais dos processos das Contas Eleitorais e Partidárias:</p>
Técnica	<p>a) Contas Eleitorais:</p> <p>Ministrar treinamentos aos servidores das Zonas Eleitorais sobre os sistemas eleitorais de prestação de contas e a legislação afetas a cada pleito eleitoral;</p> <p>Ministrar palestras aos representantes de partidos políticos, candidatos, contadores e advogados sobre os sistemas eleitorais de prestação de contas e a legislação afetas a cada pleito eleitoral.</p> <p>Analisar das prestações de contas eleitorais dos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos nas eleições gerais;</p> <p>Analisar das prestações de contas eleitorais dos candidatos, comitês financeiros e partidos políticos em grau de recurso, nas eleições municipais;</p> <p>b) Contas Partidárias:</p> <p>Orientar os Partidos Políticos e contadores sobre a aplicação das Resoluções e sistemas do TSE referentes a prestação de contas anual dos partidos políticos.</p> <p>Análise das prestações de contas anuais dos Diretórios Estaduais dos Partidos Políticos apresentadas até 30 de abril de cada ano (Lei nº 9.096/95, art. 32, caput);</p> <p>Analisar das prestações de contas anuais dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos apresentadas até 30 de abril de cada ano (Lei nº 9.096/95, art. 32, caput), considerando que as Zonas Eleitorais não contam com servidores com formação em contabilidade;</p>
Recursos Humanos	02 servidores



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.2 Avaliação do Funcionamento do Controle Interno

O resultado do Quadro A.3.2 demonstra a percepção desta UJ, representada pelo seu nível estratégico de qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Foi utilizada a metodologia de consolidação dos questionários respondidos pelos gestores dos níveis estratégicos, seguida pela inserção dos dados em planilha *Excel*. Adotou-se a técnica MODA que considera os valores com maior frequência de cada item.

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica: Ambiente de controle – A importância de controles internos é reconhecida pela UJ, a qual adota determinados mecanismos de controle para atingir os resultados planejados. As deficiências encontradas remetem à falta de participação de servidores na elaboração de procedimentos e instruções e na ausência de um código formalizado de ética ou conduta. Avaliação de risco – Objetivos e metas são formalizadas, mas os processos críticos não são conhecidos, de modo que a falta de estudos quanto à probabilidade de riscos ou as medidas para mitigá-los dificulta a tomada de decisões pelo gestor. Mesmo assim, não há perdas nem indícios de fraudes. Se houver, porém, pode-se instaurar sindicância para apuração de responsabilidades imediatamente. Sobre o patrimônio público, há norma para guarda, estoque e inventário de bens, assim como de responsabilidade das unidades. Procedimentos de controle – As políticas e ações preventivas e de detecção de riscos devem ser melhor estabelecidas. Melhorias são necessárias, porém, as atividades de controle são suficientemente apropriadas, inclusive quanto ao custo relacionado ao benefício advindo destes procedimentos. Informação e comunicação – A informação tem qualidade suficiente para a tomada de decisões pelo gestor. É devidamente avaliada pela sua importância e é comunicada às pessoas ou unidades direta ou indiretamente relacionadas a ela. O conteúdo da mensagem percorre satisfatoriamente todos os níveis hierárquicos. Monitoramento – O sistema de controle interno da UJ tem sido avaliado como parcialmente adequado à melhoria do desempenho da Unidade, muito embora o quadro disponível de recursos humanos naquela unidade seja inferior a demanda de serviços e responsabilidades que é submetido.					



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.3 Sistemas de Correição

A natureza do presente relatório tem como finalidade retratar as principais atividades executadas durante o exercício, bem como prestar informações sobre a execução orçamentária, estrutura de pessoal, além de informações contábeis, com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As competências regimentais e as atribuições regulamentares da Corregedoria Regional Eleitoral possuem como objetivo a melhoria da eficiência e efetividade do trâmite processual nas zonas eleitorais, além de desenvolver ações de fiscalização e controle e, portanto, não participa de forma direta nos atos de gestão pessoal, orçamentária e contábil.

3.4 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Não há.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 14128		UGO: 070029	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		23.927.313,00		9.960.238,00	
CRÉDITOS	Suplementares	2.403.938,00		256.392,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		26.331.251,00	-	10.216.630,00	
Dotação final 2012(B)		33.493.897,00		9.222.216,00	
Variação (A/B-1)*100		(21,38)		10,78	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		4.599.940,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	266.646,00		
Créditos Cancelados		(505.717,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		4.360.869,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		1.067.431,65			
Variação (A/B-1)*100		308,54			

Fonte: Siafi/Siafi Gerencial



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.1.1 Análise Crítica

Durante o exercício, o orçamento do Tribunal sofreu suplementações e cancelamentos, especificados no QUADRO A.4.1.1.

Através da Medida provisória nº 598, de 27/12/2012, a Presidenta da República abriu Crédito Extraordinário, em favor de diversos órgãos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, reaberto por meio da Portaria TSE nº 69, de 14/02/2013, cabendo a esta UJ o valor de R\$ 266.646,00 (duzentos e sessenta e seis mil e seiscentos e quarenta e seis reais), no programa Gestão do Processo Eleitoral, distribuídos nas seguintes ações:

AÇÃO	VALOR (R\$)
20GP- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça	167.994,00
14J1- Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Ferreira Gomes - AP	27.093,00
14J2 - Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Mazagão - AP	20.993,00
14J5- Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Serra do Navio - AP	20.993,00
14J7 - Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Vitória do Jari – AP	29.573,00
T O T A L	266.646,00

Ainda, o TRE/AP encaminhou pedido de crédito adicional na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, na Categoria de Gasto 3 – Custeio, no montante de R\$ 239.071,00 (duzentos e trinta e nove mil e setenta e um reais), com oferecimento de fonte de recursos na Categoria de Gasto 4 – Investimento.

Referidos remanejamentos não impactaram negativamente as ações inicialmente propostas, tendo em vista que os cancelamentos de dotações decorreram de sobras orçamentárias nas ações de Ampliações de Cartórios Eleitorais, bem como compensação de recebimento de Emendas Parlamentares em investimento na ação 20GP, conforme a seguir:

AÇÃO	CATEGORIA DE GASTO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO
14J1 - Ampliação do Cartório Eleitoral - Ferreira Gomes	4	24.384,00	0,00
14J5 - Ampliação do Cartório Eleitoral - Serra do Navio	4	18.894,00	0,00
14J7 - Ampliação do Cartório Eleitoral - Vitória do Jari	4	24.684,00	0,00
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4	171.109,00	0,00
20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3		239.071,00
TOTAL		239.071,00	239.071,00

Cabe observar ainda, em relação à Ação 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, concernente aos Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores, dispostos no Quadro A.2.2.3.1, não consta meta física realizada, em virtude de não existir previsão de meta física nas Leis Orçamentárias Anuais anteriores a 2013.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Em relação à Limitação de Empenho e Movimentação Financeira, o Tribunal Superior Eleitoral absorveu integralmente o valor do contingenciamento imposto à Justiça Eleitoral.

Em relação a suprimento de Fundos, a não utilização do Cartão de Pagamento está consubstanciado na Resolução TSE nº 22.588/2007, dispõe sobre a inaplicabilidade do cartão de pagamento do governo Federal no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	70026	70029	141010212605707832			95.706,00
Recebidos	70026	70029	141010206105704269			2.226.671,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: Siafi/Siafi Gerencial



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.185.519,69	5.112.970,21	7.128.644,54	5.112.970,21
a) Convite		12.315,11		12.315,11
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	294.866,58		294.866,58	
d) Pregão	6.890.653,11	5.100.655,10	6.833.777,96	5.100.655,10
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.434.647,32	1.406.832,94	1.434.647,32	1.402.832,94
h) Dispensa	822.769,36	902.607,59	822.769,36	898.607,59
i) Inexigibilidade	611.877,96	504.225,35	611.877,96	504.225,35
3. Regime de Execução Especial	46.543,88	36.784,06	46.543,88	36.784,06
j) Suprimento de Fundos	46.543,88	36.784,06	46.543,88	36.784,06
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	26.020.236,72	33.348.169,06	26.020.236,72	33.348.169,06
k) Pagamento em Folha	25.698.456,41	32.980.849,08	25.698.456,41	32.980.849,08
l) Diárias	321.780,31	367.319,98	321.780,31	367.319,98
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	34.686.947,61	39.904.756,27	34.630.072,46	39.900.756,27

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá		Código UO: 014128				UGO: 070029			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Venc e Vant Fixas-Pessoal Civil	20.609.105,91	19.410.624,72	20.590.629,87	19.410.624,72	18.476,04		20.590.629,87	19.410.624,72	
Despesas de Exerc Anteriores	1.277.811,19	9.546.572,36	721.838,37	7.426.048,05	555.972,82	2.120.524,31	721.838,37	7.426.048,05	
Obrigações Patronais	3.254.902,01	3.037.709,58	3.254.902,01	3.037.709,58			3.254.902,01	3.037.709,58	
Demais elementos do grupo	1.131.086,16	1.498.989,57	1.131.086,16	1.498.989,57			1.131.086,16	1.498.989,57	
2. Juros e Encargos da Dívida									
3. Outras Despesas Correntes									
Locação de mão-de-obra	3.640.939,18	3.324.784,27	3.565.426,58	3.230.445,05	75.512,60	94.339,22	3.565.426,58	3.230.445,05	
Outros Serv de Terc - P. Juridica	3.265.420,46	2.871.699,49	2.812.672,54	2.414.973,04	452.747,92	456.726,45	2.812.672,54	2.414.973,04	
Auxílio-alimentação	1.230.269,92	1.243.508,07	1.230.269,92	1.243.508,07			1.230.269,92	1.243.508,07	
Demais elementos do grupo	2.014.680,85	1.744.311,10	1.880.853,51	1.692.841,87	133.827,34	51.469,23	1.880.853,51	1.688.841,87	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Equip e Material Permanente	2.046.658,60	920.520,00	962.749,38	45.593,13	1.083.909,22	874.926,87	962.749,38	45.593,13	
Obras e Instalações	2.152.070,91	112.994,55	294.866,58	59.818,61	1.857.204,39	53.175,94	294.866,58	59.818,61	
Outros Serviços de 3ºs - PJ	-	33.540,00		33.540,00	-	-	-	33.540,00	
5. Inversões Financeiras									
6. Amortização da Dívida									

Fonte: Siafi/Siafi Gerencial



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.686.735,67	1.369.134,36	1.686.735,67	1.369.134,36
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.686.735,67	1.369.134,36	1.686.735,67	1.369.134,36
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	28.908,85	101.520,84	28.908,85	101.520,84
h) Dispensa	28.908,85	78.219,28	28.908,85	78.219,28
i) Inexigibilidade		23.301,56		23.301,56
3. Regime de Execução Especial	41.893,49	594.495,36	41.893,49	594.495,36
j) Suprimento de Fundos	41.893,49	594.495,36	41.893,49	594.495,36
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	223.931,67	3.644.415,55	223.931,67	3.644.415,55
k) Pagamento em Folha		2.688.114,00		2.688.114,00
l) Diárias	223.931,67	956.301,55	223.931,67	956.301,55
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	1.981.469,68	5.709.566,11	1.981.469,68	5.709.566,11

Fonte: SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
Outras Desp Variáveis- P. Civil	-	2.669.654,83	-	2.669.654,83	-		-	2.669.654,83
Obrigações Patronais	-	18.459,17	-	18.459,17	-		-	18.459,17
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
Material de Consumo	168.605,17	992.340,38	113.064,87	913.812,49	55.540,30		113.064,87	913.812,49
Outros Serv Terc - P. Jurídica	424.457,12	726.301,09	380.017,27	691.389,65	44.439,85	34.911,44	380.017,27	691.389,65
Outros Serv Terc - P. Física	77.896,40	598.201,54	77.896,40	598.201,54			77.896,40	598.201,54
Demais elementos do grupo	1.651.404,22	1.330.128,66	1.410.491,14	1.320.220,66	240.913,08	9.908,00	1.410.491,44	1.320.220,66
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi/Siafi Gerencial



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

No exercício de 2013, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá procedeu ao acompanhamento da execução orçamentária, através de mecanismos de controle orçamentário, adotando um rol de prioridades na análise das demandas pela finalidade dos gastos.

O controle da realização da despesa é voltado para a análise entre o programado e o contemplado na Lei Orçamentária Anual – LOA/2013, isto reflete diretamente na aderência entre o Planejamento e execução orçamentária das ações de responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

Dentre as Contratações realizadas via Dispensa de Licitação, sabemos que a licitação é regra para a administração Pública, quando contrata obras, bens e serviços. No entanto, a lei apresenta exceções a essa regra. São os casos em que a licitação é legalmente dispensada, dispensável ou inexigível.

Nos casos de dispensa, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória, pois o valor da contratação não compensa os custos da Administração com a realização da licitação.

Esse valor para as dispensas de licitação não pode ultrapassar 10% do valor da modalidade de convite nos casos de obras e serviços de engenharia (**até R\$ 15.000,00**), e compras e outros serviços (**até R\$ 8.000,00**) (art. 24, I e II da Lei de Licitações).

O art. 24, da lei licitatória, lista as hipóteses de dispensa de licitação, das quais merecem destaque:

Inciso I e II – valor;

Inciso VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Inciso XVII – aquisição de componentes ou peças necessárias à manutenção de equipamentos, durante o período de garantia;

Inciso XXII – Contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica.

As razões que determinaram algumas das contratações diretas em volumes significativos com base na dispensa devem-se às situações a seguir explicitadas:

Do valor total contratado por dispensa de licitação (**R\$ 914.190,65**) R\$ 768.496,37 se refere à contratação junto a 04 (quatro) empresas, quais sejam: UNIMED (contratação direta da proposta mais vantajosa apresentada quando da pesquisa de preços, haja vista que não houve licitantes interessados em participar do pregão, mesmo após a repetição do certame (art. 24, V); IMPRENSA NACIONAL, EBCT E CAESA (com fundamento no art. 24, VIII da Lei 8.666/63 – órgãos integrantes da Administração Pública criados para fim específico), o que corresponde a **84,06%** do montante contratado.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Em relação à realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, o **art. 25** da lei licitatória considera a licitação inexigível quando há inviabilidade de competição, em especial nos casos de (1) aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca. (2) contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização e (3) contratação de profissional de qualquer setor artístico (...).

A licitação também pode ser inexigível quando puder comprovar sua desnecessidade, como no caso de credenciamento de professores, médicos ou hospitais.

As razões que determinaram algumas das contratações diretas em volumes significativos com base na inexigibilidade devem-se também a particularidades da região do Estado do Amapá, como a seguir explicitado:

Do total contratado mediante inexigibilidade de licitação (**R\$ 656.707,91**) o valor de R\$ 438.803,11 se refere somente à contratação de energia elétrica no valor de R\$ 386.855,11. O valor de R\$ 51.948,00 junto a somente duas empresas para capacitação de servidores, quais sejam: ZENITE E TREIDE. Esse montante corresponde à **66,81%** do total contratado mediante inexigibilidade de licitação.

As demais contratações diretas por inexigibilidade ocorreram principalmente em virtude de fornecedor único, devido ao reduzido mercado local, em especial no interior do Estado, onde em razão da distância e dificuldade de acesso, é financeiramente desvantajoso efetivar contratações em outra localidade, a exemplo dos contratos de fornecimento de combustível para os Cartórios Eleitorais do interior do Estado, onde normalmente existe fornecedor único em cada município, ou apenas 01 (um) fornecedor interessado em contratar com a Administração.

De modo geral, as despesas realizadas não sofreram alterações significativas em relação ao exercício de 2012. As exceções estão nos grupos de despesa Pessoal e Investimento. Em relação à Despesa de Pessoal, a diferença em Despesas de Exercício Anteriores correspondeu ao pagamento, no exercício de 2012, de incorporações de Quintos devido a servidores; quanto à despesa no grupo Investimento, o aumento de 2013 em relação a 2012 foi devido à liberação de Emendas Parlamentares, que adicionaram o orçamento consignado ao Regional, visando dotar de infra-estrutura física, equipamentos e materiais permanentes, melhorando as atividades jurisdicionadas desta Justiça Especializada.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$
1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.2.11.00		Pessoal a pagar por insuficiência de crédito/recurso			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	3733645200	100.661,54	32.078,23		68.583,31
	4397827249	116.560,29	31.137,16		85.423,13
	4457595268	84.173,40	26.845,92		57.327,48
	4520173272	70.506,21	18.520,74		51.985,47
	5544726272	147.438,83	45.567,54		101.871,29
	5875768800	122.874,89	38.476,95		84.397,94
	6788661200	105.796,45	32.778,85		73.017,60
	9779639268	112.402,61	34.813,79		77.588,82
	11990791204	15.497,07	4.715,35		10.781,72
	12617326268	131.444,10	39.527,92		91.916,18
	12719102253	143.113,92	48.957,48		94.156,44
	13868764291	29.006,81	9.314,86		19.691,95
	14629461272	56.804,95	17.506,47		39.298,48
	15251578253	107.800,51	33.585,80		74.214,71
	17176913234	25.833,81	8.065,33		17.768,48
	17977550210	97.580,94	31.049,75		66.531,19
	20861516249	70.097,35	21.251,06		48.846,29
	20927355272	121.101,67	38.021,13		83.080,54
	21065152272	173.769,55	54.935,96		118.833,59
	22056084368	50.486,06	15.316,44		35.169,62
	22606327268	15.049,00	4.553,52		10.495,48
	22630511200	137.801,88	37.426,37		100.375,51
	22652221272	87.721,39	27.138,02		60.583,37
	22730710272	115.002,82	35.878,13		79.124,69
	24697826272	118.439,71	37.232,49		81.207,22
	26265923315	101.140,71	31.628,44		69.512,27
	26640937387	115.407,65	35.586,06		79.821,59
	29825270225	53.704,74	16.446,02		37.258,72
	31614175268	122.478,84	37.351,92		85.126,92



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	31625797249	119.202,92	36.963,26		82.239,66
	32487878215	44.971,72	13.918,73		31.052,99
	33056226287	111.437,86	34.491,15		76.946,71
	33377120297	105.668,64	32.891,35		72.777,29
	34145818253	100.896,13	31.686,90		69.209,23
	34172645291	74.478,24	16.289,41		58.188,83
	34177817287	120.002,92	35.151,15		84.851,77
	34208712287	83.533,57	26.401,74		57.131,83
	34362789391	61.173,90	21.351,59		39.822,31
	35383950206	145.324,56	45.987,95		99.336,61
	36644846572	118.682,34	37.366,53		81.315,81
	37028162168	11.192,78	4.123,94		7.068,84
	37873067300	138.141,04	43.892,75		94.248,29
	38527693372	140.489,01	41.973,76		98.515,25
	38812070310	26.158,93	7.700,06		18.458,87
	38838028249	109.446,16	37.588,57		71.857,59
	39886310197	101.839,37	32.323,29		69.516,08
	41551460297	150.517,26	52.032,70		98.484,56
	43204368220	71.461,49	21.983,16		49.478,33
	43221700210	4.792,67	2.473,17		2.319,50
	43224660287	112.237,49	35.200,69		77.036,80
	43267831253	144.281,56	44.857,57		99.423,99
	45495408691	131.949,69	41.010,50		90.939,19
	45497443320	100.782,24	30.971,52		69.810,72
	48027871387	35.832,80	10.828,03		25.004,77
	56187289234	30.248,44	10.686,02		19.562,42
	56771797791	65.705,35	20.406,88		45.298,47
	59623667434	87.945,32	27.867,04		60.078,28
	61147826820	102.873,54	32.277,98		70.595,56
	73050563753	93.381,40	28.651,74		64.729,66
	85666475720	87.021,63	27.297,65		59.723,98
	86754602449	61.809,90	22.279,81		39.530,09
	97593591891	208.824,12	65.816,96		143.007,16
	81043287	6.825,10			6.825,10
	528395327	440,02			440,02
	1711865249	2.747,70			2.747,70



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	1733252380	2.711,17			2.711,17
	1998203921	5.438,83			5.438,83
	2439743291	2.615,02			2.615,02
	2657997910	7.037,15			7.037,15
	2725099498	2.393,36			2.393,36
	2798888999	353,85			353,85
	3733645200	7.272,20			7.272,20
	4200560259	3.474,44			3.474,44
	4218566291	1.854,58			1.854,58
	4397827249	7.272,20			7.272,20
	4449125410	6.166,58			6.166,58
	4457595268	7.272,20			7.272,20
	4520173272	7.272,21			7.272,21
	5544726272	7.272,20			7.272,20
	5875768800	7.272,21			7.272,21
	5908833215	2.046,45			2.046,45
	6082087607	1.062,96			1.062,96
	6674445215	2.805,27			2.805,27
	6683169268	4.864,12			4.864,12
	6788661200	7.272,20			7.272,20
	6790283234	7.272,21			7.272,21
	8054177291	5.940,92			5.940,92
	8137366253	1.941,23			1.941,23
	8137471200	1.259,67			1.259,67
	9779639268	7.272,20			7.272,20
	9841105268	3.790,43			3.790,43
	10748245200	7.272,20			7.272,20
	11990791204	7.272,21			7.272,21
	12617326268	7.272,20			7.272,20
	12719102253	7.272,21			7.272,21
	13868764291	7.272,21			7.272,21
	14359065272	7.272,20			7.272,20
	14629461272	7.272,20			7.272,20
	14882116200	7.272,21			7.272,21
	15251578253	6.499,67			6.499,67
	16363574234	4.370,53			4.370,53



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	16376242200	1.034,28			1.034,28
	16390709234	7.272,21			7.272,21
	17176913234	7.272,21			7.272,21
	17864739253	3.496,52			3.496,52
	17977550210	7.272,20			7.272,20
	18952119215	3.396,60			3.396,60
	20130198404	7.272,21			7.272,21
	20300778368	190,03			190,03
	20861516249	7.272,20			7.272,20
	20902425234	190,03			190,03
	20907583253	7.272,20			7.272,20
	20927355272	7.272,20			7.272,20
	20940106272	593,63			593,63
	20973543272	7.046,15			7.046,15
	21017042268	6.698,93			6.698,93
	22056084368	7.272,21			7.272,21
	22606327268	7.272,20			7.272,20
	22609504268	4.959,50			4.959,50
	22623426287	3.187,72			3.187,72
	22630511200	7.272,21			7.272,21
	22652221272	7.272,20			7.272,20
	22730710272	7.272,21			7.272,21
	22776630263	7.272,21			7.272,21
	24697826272	7.272,21			7.272,21
	25140833204	4.439,45			4.439,45
	26265923315	7.272,21			7.272,21
	26640937387	7.272,21			7.272,21
	27443191391	4.383,33			4.383,33
	27895560832	101,27			101,27
	29825270225	7.272,20			7.272,20
	30212774387	26,81			26,81
	30254183204	7.272,20			7.272,20
	30289629268	4.033,87			4.033,87
	31614175268	7.272,20			7.272,20
	31627293272	7.272,21			7.272,21
	31637795220	619,58			619,58



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	31796362204	7.272,21			7.272,21
	32487878215	7.272,21			7.272,21
	33056226287	7.272,20			7.272,20
	33070466249	7.272,21			7.272,21
	33227110130	4.058,66			4.058,66
	33235708120	4.051,09			4.051,09
	33377120297	7.272,21			7.272,21
	34145818253	7.272,21			7.272,21
	34172645291	7.321,00			7.321,00
	34177817287	7.272,20			7.272,20
	34182942272	3.222,80			3.222,80
	34208712287	7.272,21			7.272,21
	34230351291	1.854,03			1.854,03
	35383950206	7.272,20			7.272,20
	35507853304	7.272,20			7.272,20
	36644846572	7.272,20			7.272,20
	37028162168	7.272,21			7.272,21
	37180568287	376,55			376,55
	37873067300	7.272,20			7.272,20
	38527693372	7.272,20			7.272,20
	38812070310	7.272,20			7.272,20
	38838028249	7.272,20			7.272,20
	39886310197	7.272,20			7.272,20
	42337720772	7.272,20			7.272,20
	42627567268	3.177,08			3.177,08
	43204368220	7.272,20			7.272,20
	43207944272	7.272,20			7.272,20
	43213170291	6.166,58			6.166,58
	43224660287	7.272,20			7.272,20
	43267831253	7.272,21			7.272,21
	44093110182	6.896,03			6.896,03
	44361580200	6.166,58			6.166,58
	44663412300	6.166,58			6.166,58
	44850395287	52,41			52,41
	45495408691	7.272,20			7.272,20
	45497443320	7.272,21			7.272,21



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	46684000259	4.239,46			4.239,46
	48027871387	7.272,21			7.272,21
	48532053220	7.272,20			7.272,20
	48985619268	2.686,85			2.686,85
	50443887772	7.272,21			7.272,21
	50879286253	4.872,39			4.872,39
	51004240287	1.169,16			1.169,16
	51090660278	7.272,20			7.272,20
	51257467204	2.374,30			2.374,30
	51261448200	7.272,20			7.272,20
	51592630987	440,03			440,03
	52038688249	7.055,14			7.055,14
	53586743572	7.272,21			7.272,21
	56187289234	7.272,20			7.272,20
	56726058268	6.821,50			6.821,50
	56771797791	7.272,20			7.272,20
	57421412204	375,95			375,95
	58235019272	7.272,21			7.272,21
	58781501234	733,75			733,75
	59454040200	355,10			355,10
	59623667434	7.272,20			7.272,20
	60503858234	7.272,20			7.272,20
	61050601220	6.807,14			6.807,14
	61147826820	7.272,21			7.272,21
	62153161215	7.272,21			7.272,21
	63237598291	7.272,20			7.272,20
	63545969215	7.272,21			7.272,21
	64423875349	7.272,21			7.272,21
	65014316387	4.724,26			4.724,26
	65855027287	3.767,12			3.767,12
	65861094268	2.284,01			2.284,01
	65883500234	5.272,17			5.272,17
	66054613200	440,02			440,02
	66831954200	638,32			638,32
	67390250291	7.272,20			7.272,20
	67894054291	7.272,20			7.272,20



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
	68481284220	5.541,43			5.541,43
	68533047304	7.272,21			7.272,21
	68631839272	1.667,94			1.667,94
	69552940249	2.350,35			2.350,35
	69909075253	5.542,19			5.542,19
	70002614200	7.272,21			7.272,21
	71164588320	7.272,21			7.272,21
	71967354200	7.272,20			7.272,20
	72996102215	7.272,20			7.272,20
	73050563753	7.272,21			7.272,21
	74476769268	7.272,20			7.272,20
	74648551249	1.470,40			1.470,40
	75537508320	6.545,41			6.545,41
	75762439291	1.776,36			1.776,36
	77617576315	7.046,14			7.046,14
	81343272491	7.272,21			7.272,21
	82381992472	7.372,81			7.372,81
	83020721334	6.666,21			6.666,21
	83991077272	6.434,56			6.434,56
	84786353353	7.272,20			7.272,20
	85666475720	7.272,20			7.272,20
	86882546215	7.272,21			7.272,21
	88217370478	3.464,91			3.464,91
	88382842453	7.272,21			7.272,21
	89504151353	7.272,21			7.272,21
	89693787153	5.794,25			5.794,25
	90049799487	7.272,21			7.272,21
	91549833391	6.379,73			6.379,73
	92655823320	7.272,20			7.272,20
	95687653287	708,00			708,00
	97593591891	7.272,20			7.272,20
	TOTAL	6.837.225,63	1.820.451,25	0	5.016.774,38

Fonte: SIAFI 2013 e SIAFI GERENCIAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.2.1 Análise Crítica

Refere-se aos passivos de quintos e diferença de auxílio-alimentação.

Os Quintos fundamentam-se na Resolução TRE-AP, amparada pelas Leis 8.911/94 e 9.624/98, Medida Provisória nº 2.225-45/2001 e Acórdão TCU nº 2248/2005.

O passivo de Auxílio-alimentação fundamenta-se na Res. TRE-AP nº 429, de 13.12.2012, que reconhece direito à diferença de valores praticados entre os tribunais superiores e os tribunais regionais.

No que diz respeito aos passivos de Quintos, a administração vem buscando a liberação de recursos junto ao TSE para liquidação dos valores devidos, cuja liberação vem sendo feita parceladamente, de acordo com as disponibilidades orçamentárias da Justiça Eleitoral.

Quanto ao passivo da diferença de auxílio-alimentação, não houve êxito na tentativa de liquidar os valores, haja vista que a matéria ainda depende de decisão do TSE.

4.3 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00		
2011	R\$ 35.699,41	R\$ 35.699,41		
2008	R\$ 13.607,20			R\$ 13.607,20
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 3.651.162,02	R\$ 3.610.433,20	R\$ 4.100,39	R\$ 36.628,43
2011	R\$ 53.399,89	R\$ 40.200,12	R\$ 13.199,77	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.3.1 Análise Crítica

a) Restos a pagar processados

Merece especial atenção a manutenção do valor de R\$-13.607,20 (treze mil e seiscentos e sete reais e vinte centavos) em Restos a pagar processados.

Tal situação persiste em razão de a empresa contratada não ter apresentado contestação aos fatos apurados em relação a execução do contrato de reforma e ampliação do cartório da 1ª Zona Eleitoral, no município de Amapá.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Todavia, considerando o decurso de 5 (cinco) anos e diante da inércia da empresa contratada em proceder a sua defesa diante dos fatos que lhe foram imputados, referido valor será cancelado neste exercício de 2014.

b) Restos a pagar não processados

Neste grupo de despesa os valores mais expressivos são os seguintes:

- 2012NE001112 11 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ R\$-2.103.479,35 – destinado ao pagamento de quintos;
- 2012NE001117 e 2012NE001122 - EMPORIUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS - R\$-420.653,43 – destinado à aquisição de um ônibus com grupo gerador para realização de atendimentos itinerantes;
- 2012NE001126 e 2012NE001128 - EMACON MANUTENCAO E CONSTRUCAO LTDA - R\$-353.049,79 – destinado à obra de adaptação e reforma do 2º pavimento e revestimento da fachada do Edif. Sede.

4.4 Suprimento de Fundos

4.4.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.4.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores
em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	16	91.437,37					91.437,37
2012	40	631.579,42					631.579,42
2011	8	57.788,00					57.788,00

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.4.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro A.4.4.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido
(Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código UG 1			Nome da UG		Tribunal Regional Eleitoral do Amapá			
Carline Regina de Negreiros C. Nunes	025136234-52	535	17/10/2013	339030	Combustivel	650,00	Vide obs no final do quadro	059/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	223	10/4/2013	339039	Despesas de pequeno vulto	3.000,00		007/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	222	10/4/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	5.000,00		007/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	420	12/8/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	2.950,83		012/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	421	12/8/2013	339036	Despesas de pequeno vulto	2.500,00		012/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	422	12/8/2013	339039	Despesas de pequeno vulto	2.500,00		012/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	601	22/11/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	3.509,27		015/2013



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	602	22/11/2013	339036	Despesas de pequeno vulto	2.000,00		015/2013
Daniel Picanço Monteiro	097796392-68	603	22/11/2013	339039	Despesas de pequeno vulto	2.000,00		015/2013
Éden Monteiro da Paixão	226063272-68	179	13/3/2013	339030	Cadastramento Biométrico	3.595,99		005/2013
Éden Monteiro da Paixão	226632272-68	180	13/3/2013	339036	Cadastramento Biométrico	3.750,00		005/2013
Éden Monteiro da Paixão	226632272-68	396	29/7/2013	339036	Cadastramento Biométrico	4.000,00		011/2013
José Luciano de Assis	294581701-25	149	1/3/2013	339030	Cadastramento Biométrico	5.000,00		003/2013
José Luciano de Assis	294581701-25	150	1/3/2013	339036	Cadastramento Biométrico	3.000,00		003/2013
Luiz Grott	299442529-72	48	17/1/2013	339030	Combustível	4.828,57		031/2013
Luiz Grott	299442529-72	240	15/4/2013	339030	Combustível	6.035,71		031/2013



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Luiz Grott	299442529-72	361	1/7/2013	339030	Combustível	6.035,71		031/2013
Luiz Grott	299442529-72	487	30/9/2013	339030	Combustível	2.782,49		031/2013
César Augusto Scapin	343437330-68	498	4/10/2013	339039	Despesas de pequeno vulto	1.056,00		014/2013
Alessandro Heric Nunes Gurgel	813432724-91	190	21/3/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	989,50		006/2013
Alessandro Heric Nunes Gurgel	813432724-91	465	4/9/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	705,80		013/2013
Saloé Ferreira da Silva	253362408-00	341	20/9/2013	339030	Despesas de pequeno vulto	2.000,00		009/2013
Saloé Ferreira da Silva	253362408-00	342	20/9/2013	339039	Despesas de pequeno vulto	1.000,00		009/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	90	14/2/2013	339030	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.200,00		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	91	14/2/2013	339036	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.000,00		001/2013



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	92	14/2/2013	339030	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	3.677,50		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	93	14/2/2013	339036	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.200,00		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	94	14/2/2013	339030	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.200,00		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	95	14/2/2013	339030	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	6.240,00		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	96	14/2/2013	339036	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	6.030,00		001/2013
Cláudio André Teixeira Ribeiro	561872892-34	97	14/2/2013	339036	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.000,00		001/2013
Cláudio André eixeira Ribeiro	561872892-34	145	28/2/2013	339030	Eleição Suplementar no município de Pedra Branca do Amapari	1.000,00		001/2013
					Total Utilizado pela UG	91.437,37		

Fonte: SIAFI

Obs.: Resolução TSE nº 22.588/2007, dispõe sobre a inaplicabilidade do cartão de pagamento do governo Federal no âmbito da Justiça Eleitoral.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.4.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica.

4.4.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.4.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	Não há as situações descritas											
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas	16	91.437,37	40	631.579,42	8	57.788,00						

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.4.5 Análise Crítica

No exercício de 2013 foram realizadas despesas no montante de R\$ 91.437,37 (noventa e um mil e quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), via Suprimento de Fundos, através da conta tipo “B”, que não puderam subordinar-se ao procedimento licitatório normal para prestação de serviços e aquisições de materiais de consumo, tanto das dotações inicialmente consignadas a este Regional, como também dos créditos suplementados pelo Tribunal Superior Eleitoral, para atender despesas com a Eleição Suplementar no Município de Pedra Branca do Amapari e com o processo de revisão biométrica.

Referida autorização para liberação de recursos teve embasamento nos seguintes dispositivos legais: Decreto nº 93.872/86, Resolução TSE nº 21.653/2004 e Resolução TRE/AP nº 147/98.

Os Procedimentos Administrativos de concessão e de prestação de contas passam pela auditoria da Coordenadoria de Controle Interno, que é o setor responsável pela análise quanto à legislação vigente, orientando os supridos quanto à utilização dos recursos, bem como na prestação de contas. Todas as prestações de contas foram apreciadas e aprovadas.

Não houve utilização de cartão de crédito corporativo em consonância com a Resolução TSE nº 22.588/2007 que dispõe sobre a sua inaplicabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.5 Gestão de precatórios

Não houve, por parte do TRE/AP, gestão de Precatórios.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	171	164	24	36
1.1. Membros de poder e agentes políticos	20	18	05	05
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	151	146	19	31
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	121	116	11	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	05	05	01	02
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	14	14	04	05
1.2.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas – Lei nº 6.999/82	11	11	03	12
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	06	06	04	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	177	170	28	40

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo de Gestão.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de Trabalho

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	08
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	04
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	03
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	01
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	03*
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo Afastamento.

*Servidores removidos de acordo com o artigo 28 da Resolução TSE nº 22.660/2007.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	22	22	08	08
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	01	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	03	03	01	-
1.2.4. Sem Vínculo	05	05	05	06
1.2.5. Aposentados	01	01	01	-
2. Funções Gratificadas	82	82	27	27
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	67	67	20	21
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	15	15	7	6
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	104	104	35	35

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo de Comissionamento

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	06	05	06	01
1.2. Servidores de Carreira	10	43	51	26	03
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	01	01	01	01
2.3. Funções Gratificadas	01	01	05	06	01
3. Totais (1+2)	13	51	62	39	05

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo de Gestão.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos						12	06		
1.2. Servidores de Carreira					22	58	49	03	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						06			
2.3. Funções Gratificadas						12	02		
3. Totais (1+2)					22	88	57	03	

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo de Gestão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.1.3 Custos de Pessoal

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	1.645.911,29	0,00	97.161,60	0,00	0,00	1.466,35	0,00	1.744.539,24
	2012	0,00	0,00	1.578.862,95	0,00	240.463,24	0,00	0,00	65.947,08	0,00	1.885.273,27
	2011	0,00	0,00	1.507.304,00	0,00	48.324,00	0,00	0,00	20.760,00	0,00	1.576.388,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	4.094.297,00	0,00	435.884,00	945.294,00	928.045,00	35.214,81	0,00	926.161,96	0,00	7.364.896,77
	2012	3.899.331,00	0,00	415.128,00	1.017.820,00	1.080.441,00	30.228,90	0,00	4.308.813,87	0,00	10.751.762,77
	2011	3.843.596,00	0,00	417.138,00	810.288,00	837.085,00	221.119,00	0,00	978.002,00	0,00	7.107.228,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	147.322,00	0,00	12.983,00	4.327,00	0,00	0,00	0,00	23.138,27	0,00	187.770,27
	2012	140.307,19	0,00	12.365,73	5.113,74	0,00	0,00	0,00	30.400,45	0,00	198.433,00
	2011	153.575,00	0,00	12.791,00	4.335,00	0,00	0,00	0,00	27.732,00	0,00	158.947,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.973.530,00	1.939.084,00	307.030,00	702.343,00	477.028,00	0,00	0,00	357.591,49	0,00	5.756.606,49
	2012	1.879.533,00	1.930.133,00	305.482,00	860.532,00	526.325,00	0,00	0,00	1.558.507,14	0,00	7.060.515,44
	2011	1.882.321,00	1.920.948,00	343.982,00	712.723,00	425.032,00	132.404,00	0,00	372.075,00	0,00	5.789.485,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.426.174,00	2.192.975,00	594.793,00	1.098.264,00	513.144,00	2.094,60	0,00	796.587,63	0,00	8.624.032,23
	2012	3.263.023,00	2.182.065,00	591.834,00	1.257.830,00	646.836,00	2.488,00	0,00	3.269.968,00	0,00	11.214.044,00
	2011	3.255.115,00	2.226.649,00	593.434,00	995.044,00	498.015,00	178.423,00	0,00	692.318,00	0,00	8.478.998,00

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH e SIAFI



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	01	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	02	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	01	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	04	0

Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH Módulo de Aposentadoria

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Não há instituidores de pensão até a presente data.

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	05	07	05	07
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	05	07	05	07



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	07	07	07	07
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	07	07	07	07

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	01	02	01	01
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	01	02	01	01
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	03	03	01	0
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	03	03	01	0

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.5.1.5.4 Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Não houve nenhuma remessa física no ano de 2013 ao TCU, nos termos do Art. 14 da IN TCU/2007.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreu nenhum caso em 2013



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

As providências adotadas e o controle exercido no sentido de identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, consistem na assinatura de uma declaração na qual o servidor afirma não acumular Cargos, Funções ou Empregos Públicos. Tal declaração é assinada no momento em que o servidor toma posse ou entra em exercício em cargos ou funções.

A revisão é feita somente no momento da posse de servidores efetivos ou nomeação ou designação para ocupar funções ou Cargos em Comissão.

Identificada a situação de acumulação indevida de cargos é autuado um procedimento administrativo para fins de resolução da questão.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

I – Indicadores de desempenho da SGP

No ano de 2012 foi elaborado pela SGP o PLANO DE AÇÃO SGP/2013, devidamente implantado no exercício objeto deste relatório. As atividades desenvolvidas tanto na parte operacional quanto na estratégica obtiveram o índice de 81% de execução.

Entre as atividades desenvolvidas constam as seguintes:

- a) Melhor utilização do SGRH, com menos utilização de pedidos impressos, o que gerou uma significativa economia em trâmite desnecessário de papéis;
- b) Maior dinamicidade às atividades de gestão documental, principalmente em relação as portarias que vem sendo digitalizadas e organizadas em arquivo eletrônico, sendo que, além das portarias atuais, também estão passando por este mesmo processo os atos publicados neste Tribunal desde o ano de 1992;
- c) Mais funcionalidade ao SGRH-WEB, o que favorece ao servidor mais possibilidades de consultar Banco de Horas, substituições, férias, Adicional de Qualificação, etc.

II – Indicadores para monitorar e avaliar o desempenho da SGP no segmento operacional

Depois da execução do Plano de Ação SGP /2013 o percentual apresentado em relação à impressão de papéis caiu em mais de 80% em relação ao ano anterior.

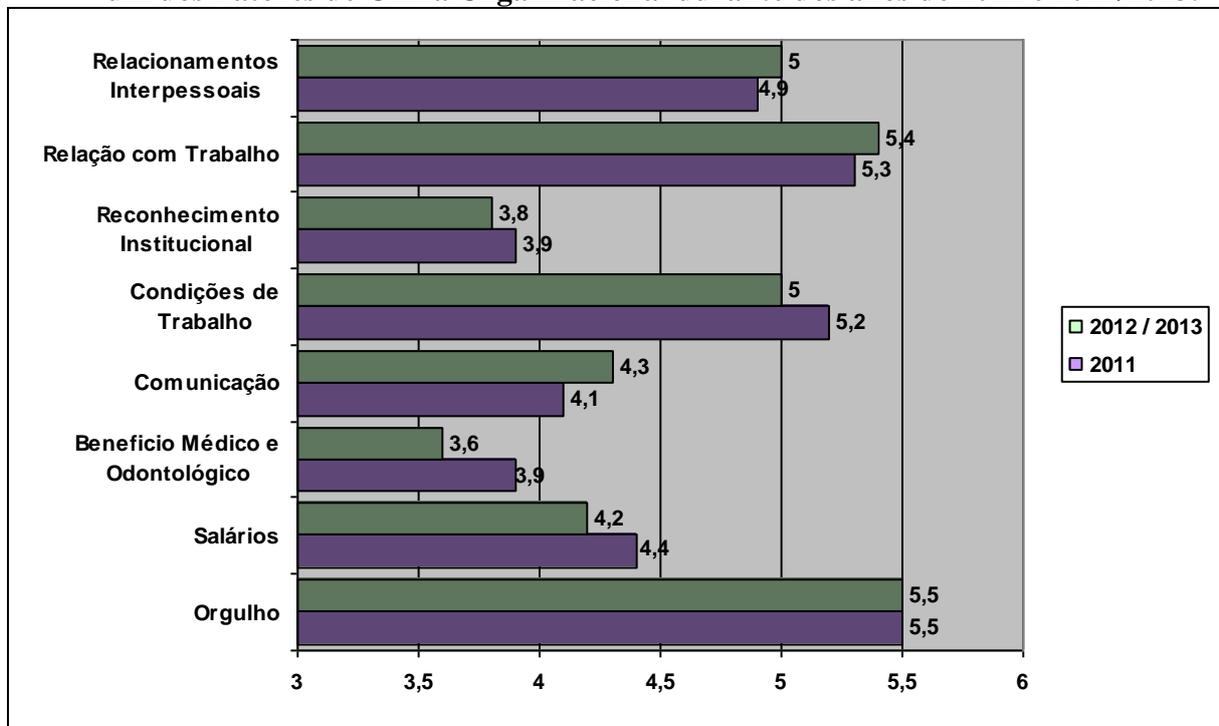
III – Gestão do clima organizacional e qualidade de vida

No ano de 2013 a Seção de Atendimento Médico novamente providenciou a pesquisa de Clima Organizacional tendo havido o seguinte resultado em relação aos anos anteriores:



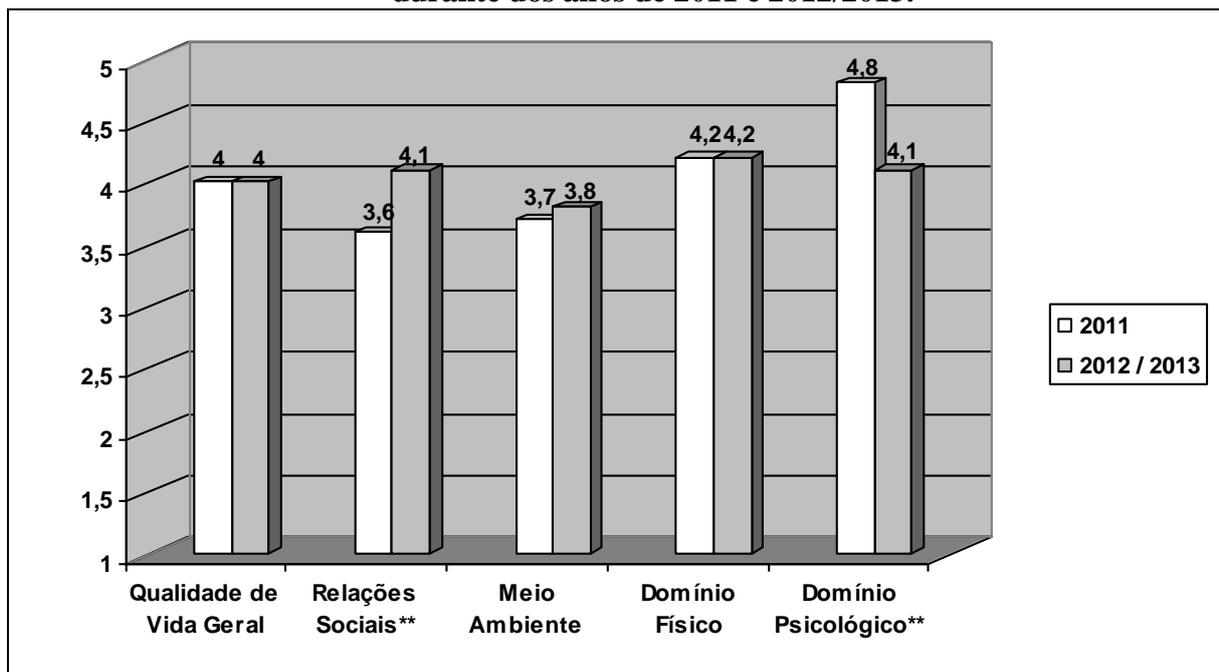
**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Gráfico 01. Comparação entre as Médias de Satisfação (mínimo = 1 e máximo = 6) de cada um dos Fatores de Clima Organizacional durante dos anos de 2011 e 2012/2013.



*Nota. Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos dois períodos ($p < 0,05$).

Gráfico 02. Comparação entre os Níveis de Qualidade de Vida (mínimo = 1 e máximo = 5) durante dos anos de 2011 e 2012/2013.



** Nota. Observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos dois períodos ($p < 0,05$).



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Analista Judiciário especialidade engenharia	1	1	1	1	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
O único servidor efetivo, ocupante do cargo típico da categoria funcional do plano de cargos e salários como Analista Judiciário – Especialidade Engenharia, foi removido em maio/2011, a pedido, para acompanhar cônjuge, nos termos do art. 36, III, “a”, da Lei 8.112/90.					

Fonte: Relatórios anteriores, contrato nº 5/2012 prorrogado em 2013 – Protocolo nº 86/2012

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve, em 2013, realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: TRE/AP													
UG/Gestão: 070029							CNPJ: 34.927.343/001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	17/2013	34.925.479/0001-49	01/07/2013	31/06/2014	42	12		30			A
2008	L	O	04/2008	03.110.313/0001-90	01/03/2008	30/06/2013	36	12		23	01		E
2012	V	O	14/2012	08.531.731/001-75	10/07/2012	09/07/2014	40	13		27			P
Observações: 1 - O contrato 004/2008 foi prorrogado além de 60 meses – até 30/06/2013, com fundamento no art. 57, §4º da Lei 8.666/93, em virtude de que ainda não havia ocorrido a conclusão do procedimento licitatório visando à nova contratação (pregão nº 3/2013), em virtude de impugnação ao edital;													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIAC



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Eleitoral													
UG/Gestão: 070029							CNPJ: 34.927.343/001-18						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	06/2011	03.110.313/0001-90	08/04/2012	07/04/2014		1	25	22		02	P
2011	12	O	07/2011	03.110.313/0001-90	11/04/2011	10/04/2014	1	1					P
2013	12	O	16/2013	13.096.822/0001/60	27/05/2013	07/05/2014			31	28		03	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIAC



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Sem análise deste item. As observações quando necessárias foram inseridas nos quadros correspondentes.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	6	6	6	6	50.356,08
1.2 Área Meio	19	19	19	19	159.460,92
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	10	10	10	10	51.232,80
2.2 Área Meio	-	-	-	-	
3. Total (1+2)	35	35	35	35	261.049,80

Fonte: EJE



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

Frota de veículos automotores de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009. Resolução nº 426, de 04 de outubro de 2012
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades do TRE/AP	O uso da frota de veículos nas atividades do TRE/AP tem grande importância, em razão da dimensão do Estado do Amapá e das inúmeras comunidades de difícil acesso espalhadas pelo interior do estado
Quantidade de veículos, discriminados por grupos	Veículos de Representação: 04 Veículos de Transporte: 28 Total de veículos: 32
Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos	Veículos de Representação: Média de 8749 km Veículos de Transporte: Média de 15.363 km
Idade média da frota, por grupo de veículos.	Veículos de Representação: Idade média de 01 ano. Veículos de Transporte: Idade média de 02 anos e 03 meses
Custos associados à manutenção da frota.	Manutenção: R\$ 54.321,48 Condução de veículos: R\$ 925.390,30 Diárias motoristas: R\$ 59.856,00 Combustível: R\$ 139.288,06 Lavagem: R\$ 6.801,04 Seguro Obrigatório: R\$ 3.320,29 Seguro da Frota: R\$ 23.970,00
Plano de substituição da frota.	A renovação da frota leva em conta o custo-benefício da manutenção do bem. (Art. 14 da Resolução nº 426, TRE/AP)
Razão de escolha da aquisição em detrimento da locação.	O critério de escolha é o custo-benefício do quilômetro rodado. Seria excessivamente oneroso locar a frota de veículos, em virtude da baixa quantidade de quilômetros rodados diariamente



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Frota de veículos automotores de propriedade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	
<p>Estrutura de controles de que o TRE/AP dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte</p>	<p>A Seção de Transporte está subordinada à Coordenadoria de Serviços Gerais e a Secretaria de Administração e Orçamento. Para o controle da frota dispõe: Do sistema CONVEL, do formulário de saída de veículos e guias de abastecimento dos veículos da Secretaria. Os veículos das Zonas Eleitorais encaminham para controle a guia de movimentação e o relatório de consumo de combustível, descrevendo as distâncias percorridas e a finalidade dos deslocamentos</p>
Frota de veículos automotores a serviço do TRE/AP, contratada de terceiros	
<p>No ano de 2013 não houve locação de veículos</p>	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	AMAPÁ	13	13
	Amapá	1	1
	Macapá	2	2
	Calçoene	1	1
	Oiapoque	1	1
	Mazagão	1	1
	Laranjal do Jarí	1	1
	Tartatugalzinho	1	1
	Ferreira Gomes	1	1
	Serra do Navio	1	1
	Pedra Branca do Amaparí	1	1
	Porto Grande	1	1
	Vitória do Jarí	1	1
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte: SPIUNET



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
70029		12	2	414.413,01	16/5/2013	440.725,00		23.460,10
70029	0605.00210.500-3	12	2	867.173,83			254.113,51	
70029	0605.00188.500-5	12	2	6.693.192,65			452.205,68	
70029		12	2	330.948,70	21/05/2013	219.609,48		
70029		12	2	172.769,69	20/5/2013	215.969,20		
70029		12	2	292.516,80	17/5/2013	189.483,00		
70029		12	2	268.167,44	28/5/2013	346.228,57		
70029		12	2	144.813,77	16/5/2013	223.337,63		
70029		12	2	218.107,63	10/5/2013	189.483,00		
70029		12	2	358.350,29	9/5/2013	250.753,00		
70029		12	2	286.239,11	9/5/2013	171.018,00		
70029		12	2	274.027,00	10/5/2013	196.851,44		
70029		12	2	156.637,81	27/5/2013	166.971,65		
Total							706.319,19	23.460,10

Fonte: SPIUNET



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não dispomos de imóveis funcionais da união sob nossa responsabilidade.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	AMAPÁ	1	1
	Macapá	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Coordenadoria de Material e Patrimônio



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(*) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(*) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Sem comentários	

Escala para responder: - (1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ; (2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ; (3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência; (4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

*Inexiste a contratação de sistemas na Justiça Eleitoral do Amapá.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

7.1.1 Análise crítica

a) Planejamento da área

Durante o ano de 2013 foram realizadas 2 (duas) revisões no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e atualização dos indicadores mantendo o alinhamento estratégico com a TRE-AP e o TSE. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI foi finalizado e está em fase de revisão; a previsão de envio para aprovação é 2014.

O ano de 2013 foi atípico, pois foi um ano em que a STI voltou-se quase que inteiramente a cumprir as metas da implantação da biometria na capital e demais municípios.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos

A Secretaria de Tecnologia da Informação é composta por 21 pessoas sendo: 13 servidores efetivos, 6 (seis) colaboradores terceirizados e 2 (dois) estagiários.

Servidores efetivos na STI

Quantidade	Cargo	Especialidade
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas
2	Técnico Judiciário	Digitação
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas
1	Técnico Judiciário	Operação de Computadores
1	Técnico Judiciário	Administrativo
13		

Servidores exercendo atividades típicas de TI

Quantidade	Cargo	Especialidade
4	Analista Judiciário	Análise de Sistemas
5	Técnico Judiciário	Programação de Sistemas
1	Técnico Judiciário	Operação de Computadores
10		

O quadro pessoal de TI continua defasado, em virtude de que ainda não foram criados os cargos solicitados em 2012.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Levantamento de necessidades de servidores para atividades típicas de TI

Quant.	Cargo	Perfil	Justificativa
1	Analista Judiciário	Gerente de Projetos	O Tribunal ainda não dispõe de um Escritório de Projetos e a aquisição de um profissional com esse perfil será de grande importância para implantação deste Setor
1	Analista Judiciário	Análise de Negócio	Com a atual exigência dos órgãos de controle (TCU e CNJ) na implantação da Governança de TI nos Tribunais, a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar o alinhamento entre o negócio e os recursos de TI, priorizando as principais ações definidas no Planejamento Estratégico.
1	Analista Judiciário	Rede e Segurança	Para suportar as demandas oriundas da Administração para cumprir as metas definidas no Planejamento Estratégico de TI, bem como manter uma infraestrutura capaz de suportar os serviços de TI, principalmente em relação a segurança, continuidade de negócio e melhor aproveitamento dos serviços tecnológicos.
2	Técnico Judiciário	Infraestrutura	Com vários serviços sendo disponibilizados a aquisição de um profissional com este perfil se faz necessário com vistas a realizar a implantação e configuração de sistemas em relação aos equipamentos e infraestrutura para garantir a continuidade dos serviços de TI
5			

c) Segurança da informação

Em 2013, devido as ações itinerantes de biometria não houve atualização da Política de Segurança da Informação (PSI). Todos os servidores do Regional foram envolvidos no projeto de 100% do cadastramento biométrico no Estado do Amapá e assim não puderam avaliar a redação proposta da Política enviada pela Coordenadoria de Infraestrutura. Ficou decidido que em 2014 a reunião acontecerá, onde serão analisadas as propostas e a eficácia dos controles aplicados.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas

Apesar dos esforços da equipe para adotar a metodologia (*Feature Driven Development*) para o desenvolvimento ágil de sistema, o processo de implantação não avançou muito devido a várias dificuldades encontradas no ano de 2013. A administração resolveu realizar o cadastramento biométrico de todos os eleitores do Estado, o que demandou muito trabalho dos técnicos da Seção de Desenvolvimento e a paralisação de suas atividades principais.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

A quantidade de técnicos para o desenvolvimento de sistemas é baixa, e os mesmos ainda realizam outras atividades não correlatas ao desenvolvimento de sistemas. Mas alguns avanços foram conseguidos como a capacitação dos técnicos na Linguagem JAVA e o trabalho de conscientização da equipe para a importância de se adotar uma metodologia de desenvolvimento.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá mantém contratos de comunicação de dados e telefonia fixa para atender as necessidades de comunicação entre a sede e seus cartórios eleitorais e ainda fiscaliza o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de TI, por hora gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

- Contrato nº 041/2009 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (backbone secundário), celebrado entre o T.R.E.-AP e o consórcio das empresas Brasil Telecom, Medidata, Auriga e OI no valor de R\$ 666.140,32 (Oi) + 114.184,49 (Medidata) + 10.410,57 (Auriga) fazendo um total de R\$ 750.910,00. Encontra-se em seu terceiro Termo Aditivo.

- Contrato nº 027/2008 – Serviço de Telefonia Fixa Local e a Longa Distância, celebrado entre o T.R.E.-AP e a EMBRATEL, no valor de R\$ 66.552,06. Encontra-se em seu quarto Termo Aditivo.

- Contrato nº 030/2011 – Prestação de Serviços de Telecomunicações (link de dados via satélite), celebrado entre o T.R.E.-AP e a HUGHES Telecomunicações do Brasil, no valor de R\$ 147.462,94 (Vsat Fixa) + 89.161,94 (Vsat Móvel), fazendo um total de R\$ 236.625,88. Com o primeiro Termo Aditivo o valor total foi para R\$ 285.497,03 devido a inclusão de mais uma unidade da Vsat Móvel.

- Contrato nº 008/2009 – Prestação de Serviço de Informática para suporte as equipes de gestão de infraestrutura tecnológica, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa CTIS Tecnologia S/A.

- Contrato nº 012/2009 – Prestação de Serviço de Informática na área de sustentação de sistemas da informação, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa CTIS Tecnologia S/A.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais: Nenhuma					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Gestão Ambiental TER/AP	2012			Conscientização dos servidores e magistrados. Preservação dos recursos naturais. Redução do impacto ambiental.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	12043	11912	1357	20.085,98	18.333,84	12.962,76
Água	7980m3	7980m3	7980m3	34.830,50	32.311,09	29.062,59
Energia Elétrica	713.190	696.919	-	386.855,11	369.188,08	358.853,25
			Total	441.771,59	419.833,01	400.878,60

Fonte: CSG_Sistema Interno

Práticas adotadas na Gestão Ambiental, Licitações Sustentáveis e no Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.

A STI inclui em seus pedidos de aquisição de bens permanentes e de consumo preceitos de sustentabilidade ambiental, que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, dando preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudiquem a natureza.

O parque computacional possui 100% de monitores com tecnologia LCD com menor emissão de radiação e menor consumo de energia elétrica. Utilização de equipamentos com o sistema *Energy Saving* que permitem controlar diretamente o consumo de energia e trabalham com o menor consumo possível.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Este Regional já adota boas práticas de sustentabilidade, como uso de papel reciclado, impressoras multifuncionais para impressão frente-verso com a configuração para economia de *tonner*, conscientização dos servidores para imprimir somente o estritamente necessário e a virtualização de máquinas no *Data Center*.

As bobinas de papéis que não são mais usadas nas urnas eletrônicas são reutilizadas na impressora de emissão de senhas para atendimento ao público na Casa da Cidadania.

Com objetivo de melhorar a relação com o meio ambiente, através de ações voltadas à preservação dos recursos naturais, à conscientização das pessoas e à redução do impacto ambiental resultantes das atividades desta Justiça, foi aprovado, em novembro de 2011, o *Programa de Gestão Ambiental do TRE/AP*.

Logo em seguida, através da Ordem de Serviço nº 002/2012, foi aprovada a Agenda Ambiental para o quadriênio 2012/2015, trazendo 05 (cinco) objetivos específicos:

1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;
2. Gestão Adequada dos Resíduos Gerados;
3. Licitações Sustentáveis;
4. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho;
5. Sensibilização e Capacitação.

Referidos objetivos estão desmembrados a 06 (seis) temas, cada um com meta a ser alcançada, a saber:

1. Eficiência Energética: combate ao desperdício de energia elétrica;
2. Papel: racionalização do uso de papel;
3. Água: combate ao desperdício de água;
4. Coleta seletiva com a finalidade voltada para a reciclagem: implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis;
5. Aquisições e contratações sustentáveis: aquisição de materiais e contratação de serviços sustentáveis;
6. Qualidade de vida: manutenção da pontuação geral no Questionamento de Qualidade de Vida (WHOQOL BREF).

Para o atendimento das metas estabelecidas, são elencadas diversas ações a serem acompanhadas e avaliadas periodicamente, com diagnósticos das metas estabelecidas.

Os setores diretamente ligados a compras, serviços e contratações de obras e serviços de engenharia, já vem adotando critérios de sustentabilidade, em seus Termos de Referência e Projetos Básicos, subsidiados nas normas que tratam da matéria, a saber:

1. Nas comprar de Materiais de Consumo – utiliza-se o portal eletrônico de contratações públicas do Governo Federal – COMPRASNET, o Sistema de Catalogação de Material – CATMAT, que traz um rol de materiais sustentáveis, disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/>.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2. Nos termos de referência, parte integrante dos Editais e Contratos, empregam-se critérios de sustentabilidade.

Em relação à separação de resíduos recicláveis descartados, o Tribunal adota a política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma, a comissão de Gestão Ambiental, juntamente com a Presidência, Corregedoria, Diretoria Geral e as Secretarias, vem trabalhando em campanhas de sensibilização dos servidores, visando redução do consumo e combate ao desperdício, bem como na destinação adequado do resíduo gerado.

Nesse sentido, tem sido importante a promoção da internalização do conceito dos 5Rs, enfatizando a questão dos resíduos sólidos, permitindo aos servidores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar na reciclagem, consoante se verifica a seguir:

Repensar - Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.

Recusar - Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Reduzir - Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

Reutilizar - Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Reciclar - Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal. Os materiais inservíveis são coletados separadamente em lixeiras apropriadas conforme o tipo e possível destinação específica.

A implementação e internacionalização dos conceitos de gestão ambiental buscam a construção de uma nova cultura institucional voltada para um novo modelo de gestão dos resíduos e um meio ambiente saudável.

Infelizmente, o entrave principal está na destinação a ser dada aos materiais recicláveis coletados, em função do Poder Público Municipal não oferecer serviços de coletas seletivas ou a precariedade das associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis em estabelecer convênios ou parcerias.

Este regional vem adotando critérios de sustentabilidade, por ocasião da elaboração de Termos de Referência, em especial, quando da aquisição de PAPEL A4, RECICLADO, com vistas a contribuir com a economia de recursos naturais e financeiros. Além disso, segue algumas medidas, objetivando a redução no consumo de papel, como, por exemplo, o reaproveitamento de folhas usadas como rascunho, a utilização de impressoras com impressão frente e verso.

Com relação ao consumo de energia elétrica a maioria das áreas de circulação interna e externa são dotadas de foto-sensores, Há obrigatoriedade na utilização de lâmpadas fluorescente compacta e fosforescente e, quando possível a utilização de materiais com baixo consumo de energia, segundo os padrões do Inmetro.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 015.303.2012-8	3.376/2012-P	9.12		Of 034/2013-TCU/SEMAG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					Código SIORG
Descrição da Deliberação Determinar às Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho que encaminhem a esta Corte, no prazo de 60 dias, avaliação técnica sobre a efetivação da limitação de empenho por cada Tribunal Regional Federal, Eleitoral e do Trabalho.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – COFIC/SOF/TSE					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada Conforme mensagem eletrônica enviada para este TRE-AP, em 08/03/2013 (fl. 25 do PA 66/2013-X, protocolo 762/2013) a COFIC encaminhou a avaliação técnica solicitada pelo TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos Avaliação Técnica enviada ao TCU pela COFIC/SOF/TSE					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor As providências necessitaram de intervenção de Órgão alheio à Estrutura do TRE/AP					

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 046.131/2012-4	3414/2012-P	112-A		Of. 17552/2013-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação Tribunal Regional Eleitoral do Amapá					Código SIORG
Descrição da Deliberação Pronuncie sobre a ocorrência de inobservância do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, do caput do art. 5º da Lei nº 11.960/2009, do caput do art. 4º da Medida Provisória 2.180-35/2001 e do art. 1º da Lei 8.383/1991, por ocasião do cálculo de Correção Monetária (CM) e de Juros de Mora (JM) incidentes sobre os passivos trabalhistas relativos à URV-servidores, à VPNI e ao ATS-Servidores (item 94 do relatório de fiscalização).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação Diretoria-Geral					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Encaminhamento das informações solicitadas via Of. 123 e 326/2013-DG/TRE-AP
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Sem comentários. O processo de elaboração das informações requeridas tramitou normalmente pelas unidades internas envolvidas em tempo hábil.

Quadro A.9.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do CA	Comunicação Expedida
01	P.A. Nº 101/2012 – CLASSE IX, Protocolo nº 10.607/2012	Termo de Dispensa nº 9/2012 e o Contrato nº 27/2012 referente à contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia, adaptações da escada de saída emergencial para autoridades das dependências do plenário ao pavimento térreo no prédio anexo ao TRE-AP.	Certificado de AUDITORIA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) Foram examinados, quanto à legitimidade, legalidade, eficiência e economicidade, o presente procedimento administrativo tendo por objeto o Termo de Dispensa nº 9/2012 e o Contrato nº 27/2012 referente à contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia, adaptações da escada de saída emergencial para autoridades das dependências do plenário ao pavimento térreo no prédio anexo ao TRE-AP.</p> <p>2) Os exames foram efetuados tendo como critérios os itens da lista de conferência anexa.</p> <p>3) Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, considero REGULAR COM RESSALVAS os atos presentes neste procedimento administrativo, tendo em vista que:</p> <p>3.1. Termo de Referência às fls. 24/9 não foi subscrito pelo servidor que elaborou.</p> <p>4) Há informações nos autos da contratação de empresa para adaptações que tornariam desnecessário o serviço presente, porém o contrato foi rescindido por inexecução por parte da contratada. Consta às fls. 54/58 cópia da ata de realização do pregão presencial nº 37/2011 e justificativas da contratação à fl. 58 que corroboram o fato. Sugerimos juntada aos autos de informações sobre as medidas tomadas pelo TER-AP frente à omissão da empresa CETEC Construtora e Incorporadora (vencedora do referido certame e inadimplente com suas obrigações contratuais).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Foi dada ciência aos Setores da Secretaria de Administração e Orçamento, do Certificado de Auditoria. O Termo de Referência foi subscrito pelo servidor responsável por sua elaboração.</p> <p>Foram juntadas aos Autos:</p> <ul style="list-style-type: none">Relatório informando das providências adotadas visando sanear as impropriedades apresentadas tais como: o envio da Notificação nº 001/2012 de 23/01/2012; Notificação nº 002/2012 de 29/02/2012, Ofício nº 001/2012 de			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

09/04/2012; Notificação nº 004/2012 de 09/04/2012, memorando nº 05/2012/SOMI/CSG de 04/05/2012, Ofício nº 002/2012 – CF/ENG-TRE/AP de 15/06/2012; Termo de compromisso contratual nº 15/06/2012.

- Relatório de Vistoria nº 02/2012, no qual consta a permanência das impropriedades;
- Advertência aplicada à SETEC, em 16/07/2012, por inexecução parcial ao Contrato nº 02/2012;
- Memorando nº 07/2012/SOMI/CSG, de 20/07/2012, no qual é solicitado a Rescisão Contratual;
- Termo de Rescisão Contratual, em 20/07/2012;
- Publicação do Termo de Rescisão no Diário Oficial da União, em 21/08/2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

A Secretaria de Administração e Orçamento está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como fator negativo, apontamos a falta de interesse de empresas em participarem dessa contratação.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	P.A. Nº 114 – CLASSEIX, Protocolo nº 8.704/2013	Gerenciamento e distribuição de materiais de consumo	Relatório de AUDITORIA Nº 001/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) Concluir o PA nº 158-X, protoc. 7.325/2008 relativo à apuração da responsabilidade pelo desaparecimento de materiais do almoxarifado (constatação 1);</p> <p>2) Implantar sistemática para elaboração do Plano de Compras Anual com vistas a aperfeiçoar o uso dos recursos, evitando assim comprar itens sem um estudo detalhado sobre usos e necessidades (constatação 2);</p> <p>3) Prover o Almoxarifado com estrutura adequada para a guarda dos materiais, adquirindo prateleiras e armários suficientes (constatação 3);</p> <p>4) Implantar sistemática de aquisição de gás de cozinha que evite o armazenamento do produto nas dependências o TRE-AP, evitando assim o risco de acidentes (constatação 4);</p> <p>5) Implantação de sistema de monitoramento por câmeras no interior e acessos do Almoxarifado (constatação 5);</p> <p>6) Implantação de procedimento que preveja situações de afastamento do titular da Seção de Materiais, provendo todos os acessos e conhecimentos do sistema ASI-WEB necessários para o bom andamento das atividades e manutenção dos controles do sistema (constatação 6);</p> <p>7) Avaliar a conveniência de emitir Termo de Transferência de responsabilidade do Almoxarifado, sempre que houver troca de titularidade;</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO			
Síntese da Providência Adotada			
ITENS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:			
<p>1) Item 1 - Uma cópia do PA nº 158-X, prot. Nº 7325/2008 foi encaminhada à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá, resultando na instauração do Inquérito Policial nº 0341/2011-4, para apuração dos fatos. Entretanto como não houve resposta quanto ao desfecho desse Inquérito, e conforme informação obtida pela Seção de Material junto àquela instituição, tal processo estaria arquivado. Diante disso, a Diretoria – Geral deste Tribunal encaminhou o Ofício nº 53/2014 - DG, de 08/04/2014, solicitando informações da Polícia Federal acerca do desfecho desse Inquérito em relação a apuração de responsabilidade no desaparecimento dos bens ;</p> <p>2) Item 2 – No que se refere às aquisições, a Seção de Material vem evoluindo no sentido de evitar compras de materiais com qualidades superiores às necessidades existentes, realizando levantamento prévio de forma sistematizada dos itens a serem adquiridos. Ressalta-se, ainda, que as nossas aquisições têm sido através de Registro de Preços, permitindo maior controle dos estoques;</p> <p>3) Item 3 – Foram adquiridas mais estantes, possibilitando a estocagem adequada da maioria dos materiais do Almoxarifado. Entretanto, para alguns itens mais volumosos, tais como: água mineral, pneus, papel, entre outros, necessita-se de mais espaço físico, evitando, assim, a disposição destes próximos às paredes, situação essa repassada para a Administração a qual está empenhada em resolver esse problema através de construção de um Almoxarifado maior;</p> <p>4) Item 4 – Atualmente, não há estocagem de gás de cozinha no Almoxarifado. Os pedidos de reposição de gás</p>			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

estão sendo realizados à medida que os botijões, utilizados pelos “serviços de copa/cozinha” ficam vazios;

5) Item 5 – Encontra-se em tramitação o PA nº 87/2013, Protocolo nº 3907/2013, cujo objeto é a aquisição de câmeras de monitoramento que deverão ser instaladas no interior e na parte externa do almoxarifado;

6) Item 6 – Em situações de afastamento do titular da Seção de Material, normalmente há um substituto em exercício com autorização para acesso ao sistema ASIWEB e ao SIAFI. No entanto, em virtude de carência de servidor na Coordenadoria de Material e Patrimônio, não há substituto exclusivo para a referida Seção, o que por vezes ocasiona transtornos ao bom andamento das atividades;

7) Item 7 – Será emitido Termo de Transferência de responsabilidade do Almoxarifado, por ocasião das mudanças de titularidades futuras da Seção.

Síntese dos Resultados Obtidos

A Secretaria de Administração e Orçamento está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como fator negativo, apontamos a falta de um local maior para o Almoxarifado e o número reduzido de servidores na Coordenadoria de Material e Patrimônio.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	P. A. nº 45/2013-Classe IX, Prot. nº 4.869/2013	Aquisição de Materiais de Consumo – camisas para colaboradores que atuam no cadastramento biométrico	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
EJE e os demais setores/servidores responsáveis pela elaboração dos termos de referências e cotações de preços			
Descrição da Recomendação			
Com vista à determinação do preço estimado para aquisições de grandes quantidades de materiais, quando da cotação de preços em sites da internet, por razões de economicidade e boas práticas ambientais e por impossibilidade de cotação junto ao mercado local, informem nos pedidos de compras, o(s) endereço(s) eletrônico(s) do(s) da internet dos quais obtiveram o(s) preço(s) que serviram como referência para determinação dos valores (unitários e totais) estimados dos materiais a serem licitados, em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão n.º 1266/2011-Plenário, TC-002.573/2011-3, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 18.05.2011 (Acórdãos nos 568/2008, 1.378/2008, 4.013/2008, 5.262/2008, 3.506/2009, da 1ª Câmara, 2.809/2008, 1.344/2009, 3.667/2009, da 2ª Câmara, e 1.379/2007, 837/2008, e 3.219/2010, do Plenário), que determinam o seguinte: “no caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos que antecederem os processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado”. E que, “caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
EJE e os demais setores/servidores responsáveis pela elaboração dos termos de referências e cotações de preços			
Síntese da Providência Adotada			
Em atenção a recomendação da CCI informo que tomamos como praxe no procedimento de cotação que quando não conseguirmos realizar a cotação in loco nos estabelecimentos, realizaremos cotação por meio do banco de preços, que nos fornece todos os dados apontados no parecer da CCI			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	P. A. nº 57/2013-Classe IV Prot. nº 1.682/2013.	Contratação de Plano de Saúde	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SAMO			
Descrição da Recomendação			
Que doravante, quando da elaboração de termo de referência/projeto básico para contratação/aquisição sob sua responsabilidade, atente para as disposições da Lei 8.666/93, Art. 40, §§ e incisos, fazendo consta dos referidos documentos todos os elementos exigidos pela norma, inclusive o preço de referência cuja exigência consta no §2º, II do retrocitado dispositivo legal			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SAMO			
Síntese da Providência Adotada			
A SAMO procedeu estudo de acompanhamento orçamentário referente ao atual plano de saúde e contactou-se que o valor orçado para 2014 deverá ser suficiente para cobrir as despesas referentes ao contrato com a empresa UNIMED-FAMA para o ano em curso, inclusive, sem a necessidade de aumento da cota-parte dos servidores. Verificou-se que, neste momento (mês de maio/14), o panorama é de superávit.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
rdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	P.A. Nº 13/2014 – CLASSE X, Protocolo nº 75/2014	Auditoria nos controles das Zonas Eleitorais	Relatório de AUDITORIA Nº 002/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/DIRETORIA - GERAL			-
Descrição da Recomendação			
<ol style="list-style-type: none">1) Que a Comissão de Inventário verifique as ausências de material permanente relatada;2) Sempre que Houver mudança de servidor responsável pelo Cartório, que seja emitido Termo de Transferência e determinado prazo para que o novo responsável devolva o termo à Coordenadoria de material e patrimônio assinado;3) Que a Administração exija que as guias de movimentação de veículos sejam preenchidas, sempre que houver uso dos veículos, e que a descrição da finalidade permita a verificação dos fatos, além do preenchimento completo dos demais itens de controle;4) Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização exija a entrega de todos os equipamentos e materiais previstos no contrato 17/2013 (limpeza e conservação) impondo prazos e punições caso não sejam cumpridas as exigências;5) Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização, monitore o cumprimento dos prazos de pagamento das verbas trabalhistas das empresas contratadas (contrato 17/2013 e 06/2011) aos seus funcionários, impondo prazos e punições caso não sejam cumpridas as exigências;6) Que a Administração, por meio dos controles de fiscalização, monitore o cumprimento do contrato 17/2013, cláusula 12ª (limpeza) e contrato 06/2011, cláusula 16ª, quanto à entrega dos uniformes nas quantidades e qualidades exigidas aos seus funcionários, impondo prazos e punições caso não sejam cumpridas as exigências;7) Que os condutores de veículos sejam notificados formalmente de suas responsabilidades previstas nos arts. 37, 49, a 52 da Resolução TRE-AP nº 426/2012;8) Que a Administração providencie manutenção dos itens de segurança patrimonial a exemplo dos sistemas de alarme e cerca elétrica;9) Que a Administração envide esforços para evitar que situações como a observada na 13ª ZE, na qual o catraeiro fazia atendimento dos eleitores não ocorra face aos riscos de ações trabalhistas envolvidos;10) Que a Administração, caso entenda que lhe cabe fazê-lo, promova contato com a empresa contratada por meio do contrato 04/2008 (limpeza) com vistas a verificar o pagamento das verbas indenizatórias aos seus funcionários, que antes estavam lotados nas dependências do TRE-AP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

go SIORG	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/DIRETORIA -	
Síntese da Providência Adotada	
ITENS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:	
<p>1) Item 1(achado 1) – Quanto à ausência de material permanente apenas o teclado de nº de patrimônio 6076 e condicionador de ar de patrimônio nº 6231e o livro a margem esquerda do Rio Amazonas de patrimônio nº 400808 pertencentes à 3ª Zona/Calçoene, e livro a margem esquerda do Rio Amazonas de patrimônio nº 400810 pertencente a 1ª Zona- Amapá, não foram localizados, sendo que a Coordenadoria de Material e Patrimônio está diligenciando junto as respectivas Chefias das Zonas.</p> <p>2) Item 2 – Considerando que esta SAO/CMP, não tem tido conhecimento de mudança de servidor, foi solicitado ao setor competente, através do e’mail todos@tre-ap.jus.br, que qualquer alteração de servidor lotado nas Zonas Eleitorais, principalmente, que seja dado com conhecimento a esta Secretaria para que se possa emitir o Termo de Transferência de Responsabilidade;</p> <p>3) Item 3 (achado 2) - informamos que todas as Zonas Eleitorais foram, por diversas vezes, informadas, pela Chefia da Seção de Transporte, Coordenadoria de Serviços Gerais, Secretaria de Administração e Orçamento e Diretoria Geral, de que deveriam encaminhar mensalmente os relatórios de movimentação de veículos, conforme os e’mail juntados ao Procedimento de Auditoria, sob pena de abertura de PAD, visando possível aplicação de sanções previstas em Lei;</p> <p>4) Item 4 (achado 3) – Os Chefes de Cartório vêm apontando as falhas na entrega dos equipamentos/materiais de limpeza, e na qualidade de fiscais de Contrato encaminham os questionamentos diretamente à Empresa contratada, conforme se observa pelos e’mails, juntados no Procedimento de Auditoria. Além disso, a Seção de Gestão e Acompanhamentos de Contratos juntamente com a fiscalização na sede do Tribunal já advertiu a empresa quanto aos atrasos na entrega de equipamentos e materiais, dentre outros problemas, conforme as notificações juntadas, e recentemente foi encaminhada notificação para aplicação das sanções de suspensão do direito de licitar/contratar e multa;</p> <p>5) Item 5 (achado 4) – A Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, visando maior controle por parte dos fiscais de contratos, elaborou um relatório mensal de fiscalização dos serviços terceirizados, aprovado pela Coordenadoria de Controle Interno, no qual consta informação acerca da Remuneração, Auxílio –transporte, Auxílio-alimentação, Férias, 13º Salário, Jornada de trabalho, Salário família, e questões complementares a critério do fiscal do contrato, o qual é enviado mensalmente à SAGEC. É importante destacar que, embora seja uma minoria, alguns funcionários desconhecem o valor que têm a receber, ou não consultam corretamente o saldo de suas contas bancárias, a exemplo do que ocorreu com a funcionária da 12ª ZE que questionou a falta de pagamento do salário no mês de dezembro e da 2ª parcela do 13º salário, quando na realidade já havia recebido antecipadamente, conforme e’mail juntado,. Entretanto, mesmo diante de tais situações, a Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos está sempre à disposição da fiscalização e dos próprios terceirizados para intervir junto à contratada quando se fizer necessário. A Seção de Gestão e Acompanhamento e Gestão de Contratos juntamente com a fiscalização na sede do Tribunal já advertiu a empresa quanto aos pagamentos após o 5º dia útil, dentre outros problema, inclusive notificando-a para a aplicação das sanções de suspensão do direito de licitar/contratar e multa, devido à ausência de comprovação do pagamento do auxílio – alimentação (diferenças da repectuação);</p> <p>6) Item 6 (achado 5) – A seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos juntamente com a fiscalização na sede do Tribunal já advertiu a empresa Floresta (limpeza) quanto à entrega dos uniformes, dentre outros problemas, inclusive notificando-a para a aplicação das sanções de suspensão do direito de licitar/contratar e multa, devido à demora excessiva e injustificada para cumprir esse item do contrato. A fiscalização do Contrato de condução de veículos, também encaminhou notificação à empresa, questionando a falta dos uniformes, sob pena das sanções de advertência,</p>	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

suspensão do direito de licitar/contrata e multa;

7) Item 7 (achado 6) – Quanto ao achado de que os motoristas não têm conhecimento das normas contratuais, discordamos uma vez que todos receberam uma cópia do Contrato nº 06/2011 e da Resolução TRE nº 426/2012, através dos fiscais, nas Zonas os Chefes de Cartório e na Sede do Chefe da Seção de Transporte, nas quais são listados suas obrigações e responsabilidades;

8) Item 8 (achado 7) – Já está em tramitação procedimento administrativo que trata de aquisição de equipamento de segurança patrimonial, tanto para as Zonas do Interior, quanto para a Sede deste Tribunal Regional Eleitoral;

9) Item 8 – Em decorrência do Acórdão TCU 199/2011, este Tribunal apresentou um Plano de Ação que consistia em deslocar cargos de Técnico Judiciário de Zonas que possuíam dois Cargos preenchidos (Analista e Técnico Judiciário) para as Zonas que foram criadas apenas com os Cargos de Juiz e Promotor, dentre elas a 13ª Zona-Vitória do Jari. Em decorrência de aprovação em outro concurso, o servidor que estava lotado nesse Cartório pediu vacância para assumir em outro Tribunal, o que prejudicou o andamento dos procedimentos cartorários e para suprir essa necessidade, este Tribunal deslocou, em alguns momentos, uma vez que não tinha orçamento suficiente para pagamento de diárias, servidores da Sede e da 7ª Zona – Laranjal do Jari para suprir essa necessidade. A situação encontrada no atendimento ao eleitor realizado pelo catraeiro foi uma excepcionalidade momentânea, uma vez que a Administração continua a deslocar servidores para Vitória do Jari;

10) Item 10 – A fiscalização juntamente com a Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, mesmo após o término do contrato, fez vários contatos com a Empresa Maria Rodrigues, questionando sobre os pagamentos das verbas rescisórias dos terceirizados vinculados ao antigo contrato nº 4/2008, e obtivemos como resposta que estava sendo providenciado, apresentando, inclusive cópia de ata da reunião entre os funcionários e o Sindicato da categoria. Em síntese, com relação às recomendações do relatório de auditoria, destaco que os fiscais e a Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, mesmo com todas as dificuldades e limitações materiais que inviabilizam o exercício de uma fiscalização ideal, não estão inertes ante os problemas encontrados, e diariamente mantêm contato com as empresas contratadas buscando ajustar as pendências verificadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

A Secretaria de Administração e Orçamento e Diretoria - Geral está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como fator negativo, apontamos o número reduzido de servidores para atuarem como fiscais de contratos, a não criação de cargos para 13ª Zona-Vitória do Jari, a dificuldade em requisitar servidor ou ao requisitar a impossibilidade de nomear para Chefia do Cartório, e, ainda, a falta de orçamento para custear pagamento de diárias aos servidores da Sede visando dar apoio às Zonas que não têm servidores lotados.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	P.A. Nº 120/2013 – CLASSE IX, Protocolo nº 8800/2013	Pregão Eletrônico – Aquisição de veículos automotivos	Manifestação para Homologação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/SEÇÃO DE TRANSPORTE			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) Aos responsáveis pelos atos subseqüentes da presente licitação que observem, quando da efetiva aquisição, a previsão orçamentária da LOA/2013, bem como a disponibilidade financeira para custeio da despesa; a regularidade fiscal da empresa adjudicada; e a designação de servidor/comissão para atuar como fiscal receptor dos veículos;</p> <p>2) Ao(s) servidor(es) designado(s) para futuramente receber(em) o material e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, responsável pela efetivação dos pagamentos, que observem, a regularidade fiscal da empresa adjudicada;</p> <p>3) À STRAN que doravante em processos similares aos autos faça constar termo de avaliação detalhado para composição do preço médio estimado, no qual conste estado físico dos veículos usados a serem permutados, preferencialmente, fornecido por empresas que não tenham interesse em participar do certame.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/SEÇÃO DE TRANSPORTE			
Síntese da Providência Adotada			
<p>ITENS DA RECOMENDAÇÃO:</p> <p>1) Item 1 – Ao iniciar um procedimento licitatório, sempre é verificado se houve previsão orçamentária na LOA, bem como a disponibilidade financeira visando à realização de pré-empenho, visando o custeio da despesa. Antes da Emissão da nota de empenho sempre é verificada a regularidade da empresa adjudicada. Em todos os procedimentos de aquisição de veículos automotivos/náuticos sempre é constituída comissão de recebimento, nesse procedimento foi instituída pela Portaria nº 509/2013;</p> <p>2) Item 2 – Todo e qualquer procedimento enviado para o pagamento, sempre é acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, enviada juntamente com nota fiscal pelo fiscal designado, e conferido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças;</p> <p>3) Item 3 – A Seção de Transporte - STRAN, está ciente dessa recomendação.</p>			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Síntese dos Resultados Obtidos	
	A Secretaria de Administração e Orçamento/Seção de Transporte está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Interno	Não houve dificuldade para adoção das recomendações apontadas pela Coordenadoria de Controle



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
rdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	P.A. Nº 112/2013 – CLASSE IX, Protocolo nº 8039/2013	Pregão Eletrônico – Aquisição de veículos náuticos	Manifestação para Homologação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/SEÇÃO DE TRANSPORTE/SEEC			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) A SAO e SEEC, em atenção às sugestões da ASDG e à observação às normas de regência, em especial as disposições arts.55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93, e considerando que não há contrato previsto para a presente aquisição, que façam constar na nota de empenho, além das obrigações e sanções previstas no edital e no termo de referência, obrigação específica quanto ao art. 55, XIII, da Lei das Licitações e Contratos, bem como, quanto ao suporte técnico e a garantia dos bens adquiridos;</p> <p>2) Aos responsáveis pelos atos subseqüentes da presente licitação que observem, quando da efetiva aquisição, a previsão orçamentária da LOA/2013, bem como a disponibilidade financeira para custeio da despesa; a regularidade fiscal da empresa adjudicada; e a designação de servidor/comissão para atuar como fiscal receptor dos veículos;</p> <p>3) Ao (s) servidor (es) designado(s) para futuramente receber(em) o material e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, responsável pela efetivação dos pagamentos, que observem, a regularidade fiscal da empresa adjudicada;</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/SEÇÃO DE TRANSPORTE/SEEC			
Síntese da Providência Adotada			
ITENS DA RECOMENDAÇÃO:			
1)	Item 1 – A SEEC (Seção de Elaboração de Editais e Contratos) sempre cumpre o que está estabelecido na Lei 8.666/93, e atende às sugestões da ASDG, e informo, ainda, que houve sim a previsão de contrato quando da elaboração da minuta de edital, e após a homologação do certame foi emitido o Contrato de nº 37/2013, publicado no DOU, na Seção 3, no dia 13/12/2013;		
2)	Item 2 – Ao iniciar um procedimento licitatório, sempre é verificado se houve previsão orçamentária na LOA, bem como a disponibilidade financeira para emissão de pré-empenho, visando o custeio da despesa. Antes da Emissão da nota de empenho sempre é verificada a regularidade da empresa adjudicada. Em todos os procedimentos de aquisição de veículos automotivos/náuticos sempre é constituída comissão de recebimento, nesse procedimento foi instituída pela Portaria nº 172/2014;		
3)	Item 3 – Todo e qualquer procedimento enviado para o pagamento, sempre é		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, enviada juntamente com nota fiscal pelo fiscal designado, e conferido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
Síntese dos Resultados Obtidos
A Secretaria de Administração e Orçamento/Seção de Transporte/SEEC está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Interno Não houve dificuldade para adoção das recomendações apontadas pela Coordenadoria de Controle



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
rdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	P.A. Nº 22/2013 – CLASSE IX, Protocolo nº 2228/2013	Pregão Eletrônico – ARP Aquisição de equipamentos de informática	Manifestação para Homologação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/CPL/SEEC/COF/PREGOEIROS			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) Que a SEEC, CPL e os Pregoeiros observem na instrução dos processos de licitações a necessidade de assinatura no Termo de Referência/Projetos Básico do Exmo Sr. Presidente ou pessoa por delegada, além da devida autorização para abertura do procedimento licitatório, em cumprimento ao disposto no art. 38 caput da Lei 8.666/93;</p> <p>2) Que o(s) servidor (es)/comissão responsável(eis) pelos recebimento e aceite dos bens que ora se registra em ARP e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF observem, quando do pagamento da despesa com a aquisição dos bens, a regularidade fiscal dos fornecedores junto ao FGTS, INSS, CNDT e Fisco Estadual/Municipal, em atenção ao disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93;</p> <p>3) Que a Seção de Elaboração de Editais e Contratos – SEEC, continue fazendo constar nos editais, contratos e atas de registros de preços, cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive cláusula específica que obrigue a(s) contratada(s) a apresentar situação fiscal regular junto ao FGTS e INSS, no momento do pagamento da despesa, incluindo as sanções para o inadimplemento a essa cláusula específica (multa), bem como demais sanções: a rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas no arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que a Administração não pode reter pagamentos dos contratados quando esses não apresentaram situação fiscal regular no momento de liquidação das faturas;</p> <p>4) Que a Seção de Elaboração de Editais e Contratos – SEEC continue fazendo constar na presente Ata de Registro de Preços, cláusula que estabeleça a obrigação do contratado de apresentar situação fiscal regular junto ao FGTS, INSS e CNDT, quando da liquidação/pagamento da despesa, bem como as sanções para o não cumprimento dessa cláusula específica (multa);</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/CPL/SEEC/COF/PREGOEIROS			-
Síntese da Providência Adotada			
ITENS DA RECOMENDAÇÃO:			
1) Item 1 – A SEEC, CPL, Pregoeiros, tomaram ciência desse item da Recomendação			



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

do Controle Interno; 2) Item 2 – Todo e qualquer procedimento enviado para o pagamento, sempre é acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, enviada juntamente com nota fiscal pelo fiscal designado, e conferido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças; 3) Item 3 – A SEEC, tomou ciência desse item da Recomendação do Controle Interno; 4) Item 4 - A SEEC tomou, tomaram ciência desse item da Recomendação do Controle Interno;	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A Secretaria de Administração e Orçamento/CPL/SEEC/COF/PREGOEIROS está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve dificuldade para adoção das recomendações apontadas pela Coordenadoria de Controle Interno	



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
rdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	P.A. Nº 166/2013 – CLASSE IX, Protocolo nº 11848/2013	Pregão Eletrônico – ARP Aquisição de bens móveis	Manifestação para Homologação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/CMP/SPAT			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) À SPAT e à CMP, que junte aos presentes autos relatórios e informações quanto às demandas das unidades, para melhor justificar o pedido de aquisição, conforme já recomendado nos autos do P.A nº 12/2013-IX, Prot. Nº 8042/2013 (manifestação nº 141/2013;</p> <p>2) À SPAT e à CMP, que nos futuros pedidos de licitação para aquisição de bens móveis, com vista ao atendimento das necessidades das unidades do TRE/AP, junte aos autos relatórios e solicitações/pedidos quanto à demanda das unidades, bem como justifique comprovadamente o pedido de aquisição;</p> <p>3) Aos responsáveis pelos atos subseqüentes da presente licitação que observem, quando da eletiva aquisição, a previsão orçamentária na LOA/2013, bem como a regularidade fiscal das empresas adjudicadas, e a designação de servidor/comissão para atuar como fiscal/recebedor dos materiais;</p> <p>4) Ao(s) servidor (es) designados para futuramente receber(em) o material que ora se registra em ARP e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, responsável pela efetivação dos pagamentos, que observem, a regularidade fiscal das empresas adjudicadas.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/CMP/SPAT			
Síntese da Providência Adotada			
ITENS DA RECOMENDAÇÃO:			
1)	Item 1 – À SPAT e CMP tomaram ciência dessa recomendação;		
2)	Item 2 - À SPAT e CMP tomaram ciência dessa recomendação;		
3)	Item 3 - Ao iniciar um procedimento licitatório, sempre é verificado se houve previsão orçamentária na LOA, bem como a disponibilidade financeira para a emissão de pré-empenho, visando o custeio da despesa. Antes da Emissão da nota de empenho sempre é verificada a regularidade da empresa adjudicada;		
4)	Item 4 - Todo e qualquer procedimento enviado para o pagamento, sempre é acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, enviada juntamente com nota fiscal pelo fiscal designado,		



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

e conferido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A Secretaria de Administração e Orçamento/SPAT/CMP está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Interno	Não houve dificuldade para adoção das recomendações apontadas pela Coordenadoria de Controle



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
rdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
0	P.A. Nº 90/2013 – CLASSE IX, Protocolo nº 6768/2013	Pregão Eletrônico – ARP Aquisição de material de consumo	Manifestação para Homologação
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/SEEC/CPL/COF/PREGOEIROS			-
Descrição da Recomendação			
<p>1) À Seção de Elaboração de Editais e Contratos – SEEC, CPL, PREGOEIROS que evitem, sem qualquer justificativa plausível, exigir nas especificações dos materiais a serem licitados detalhes irrelevantes, por exemplo, no presente caso: quantidade de resmas de papel/caixa, que só servem para restringir a competição, já que a licitação tem por princípios basilares a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração;</p> <p>2) Ao(s) servidor (es) designados para futuramente receber(em) o material que ora se registra em ARP e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COF, responsável pela efetivação dos pagamentos, que observem, a regularidade fiscal das empresas adjudicadas; e</p> <p>3) Ao(s) setor (es)/servidor (es) responsáveis pelos atos subsequentes da presente licitação que observem, quando da eletiva aquisição, a previsão orçamentária na LOA/2013, bem como a regularidade fiscal das empresa adjudicadas, e a designação de servidor/comissão para atuar como fiscal/recebedor dos materiais licitados;</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO/CPL/SEEC/COF/PREGOEIROS			E
Síntese da Providência Adotada			
ITENS DA RECOMENDAÇÃO:			
1)	Item 1 – Os setores envolvidos tomaram ciência tomaram ciência dessa recomendação;		
2)	Item 2 - Todo e qualquer procedimento enviado para o pagamento, sempre é acompanhado da comprovação de regularidade fiscal, enviada juntamente com nota fiscal pelo fiscal designado, e conferido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças.		
3)	Item 3 - Ao iniciar um procedimento licitatório, sempre é verificado se houve previsão orçamentária na LOA, bem como a disponibilidade financeira para a emissão de pré-empenho, visando o custeio da despesa. Antes da Emissão da nota de empenho sempre é verificada a regularidade da empresa adjudicada;		



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Síntese dos Resultados Obtidos	
A Secretaria de Administração e Orçamento/CPL/SEEC/COF/PREGOEIROS está atenta ao cumprimento das Legislações vigentes e às orientações da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Interno	Não houve dificuldade para adoção das recomendações apontadas pela Coordenadoria de Controle



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há recomendação pendente de atendimento.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Este tópico foi tratado em Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão no presente relatório.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	36		36
	Entregaram a DBR	23		23
	Não cumpriram a obrigação	13		13
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-		
	Entregaram a DBR	-		
	Não cumpriram a obrigação	-		
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	133		133
	Entregaram a DBR	132		132
	Não cumpriram a obrigação	01		01

Fonte: Arquivos da SGP/COPEs

9.4.2 Situação do Cumprimento das obrigações

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

As providências adotadas com relação à entrega das declarações de bens e rendas ocorrem no início de cada exercício, com a solicitação aos Juízes-membros e servidores detentores de FC ou Cargo Comissionado para que cumpram a exigência da IN TCU nº 67/2011. O prazo é até o dia 15 de maio de cada exercício.

Compete à Coordenadoria de Pessoal/Secretaria de Gestão de Pessoas o gerenciamento da recepção e guarda das DBR's e /ou Formulário de Acesso, nos termos do art. 45, III do Regulamento da Secretaria.



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Não há sistema informatizado para a entrega de DBR`s. Com o advento da IN nº 67/2011-TCU, passou-se a utilizar o procedimento do Formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das Declarações de Ajuste Anual.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve casos em 2013.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **MARCELLE FERREIRA SOUZA**, CPF nº 62153161215, Analista Judiciário – Área Judiciária, Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos, exercido na Secretária de Administração e Orçamento do TRE/AP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, com exceção dos seguintes contratos: 23/2013, 24/2013, 25/2013, 27/2013, 32/2013, 33/2013 e 34/2013, em virtude de problema no sistema de remessa, o que foi relatado ao TSE em 28/03/14, aguardando solução; não havendo informações a inserir no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Macapá, 28 de março de 2014.

Marcelle Ferreira Souza
CPF: 621531612-15
Chefe da Seção de Acompanhamento e Gestão de Contratos



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A unidade responsável pelo relacionamento com a sociedade amapaense é a Ouvidoria que tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Tribunal, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo TRE/AP, e para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá. Suas competências estão inseridas na Resolução TRE/AP nº 387/2011.

Atualmente, a Ouvidoria possui dois canais de acesso com cidadão: e-mail (preenchimento de formulário on-line) e telefone (0800), por meio dos quais foram realizados os seguintes atendimentos no ano de 2013.

Atendimentos	Quantidade
Via e-mail	19
Via telefone	02

Os mecanismos para medir a satisfação dos usuários decorrem das respostas encaminhadas pelos usuários quando questionados acerca do nível de satisfação com as respostas às solicitações encaminhadas para unidade.

Não houve realização de pesquisas de opinião feitas nos últimos anos.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá vem adotando medidas com vistas à implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito da sua execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A UJ dispõe de uma Setorial de Contabilidade, com um profissional Contador, devidamente habilitado perante o Conselho de Contabilidade, sendo responsável pelo acompanhamento e orientação contábil da UG executora e dispõe em seu quadro efetivo um total de 03 (três) servidores da área contábil distribuídos entre as suas demais unidades.

O acompanhamento realizado pela unidade contábil da UJ tem o propósito de prover o alinhamento das suas práticas contábeis com as Normas de Contabilidade vigentes, bem como dar eficácia aos mandamentos contidos nos novos normativos direcionados ao Setor Público.

Nesse sentido, além de fazer o acompanhamento de toda a execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio da Conformidade de Registro de Gestão, conforme estabelece a IN-STN nº 6/2007, também procede orientação a respeito da aplicação de novas normas.

Foi nesse sentido que providenciou a reavaliação e depreciação pretérita de todo o seu acervo de bens móveis, para os quais a depreciação mensal já se tornou um procedimento de rotina no âmbito da UJ. Outras iniciativas também foram implementadas, como o Registro de Passivos por Insuficiência de Crédito/recurso, já devidamente evidenciados nos balanços.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		14128	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Macapá, AP	Data	31.03.2014
Contador Responsável	Lucélia Cunha Moraes	CRC n.º	PA-011317/O-1



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2013

I – Escola Judicial Eleitoral



Projeto Eleitor do Futuro: No ano de 2013 atuou junto às Instituições Educacionais cadastradas por ocasião das eleições dos representantes de turmas, subsidiando tais escolas com material de informação, fornecimento de urnas para o dia da eleição e viabilizando a diplomação dos eleitos com certificado próprio do programa. O Projeto mostrou seus resultados através da diplomação dos representantes de turma dos seguintes colégios Santa Bartolomea Capitanio e Argos e as Escolas Conexão Aquarela, Centro de Ensino PODIUM, Escola Helenise Walmira Dias dos Santos, Escola José Leoves Teixeira, Escola Estadual Mario Quirino da Silva.



Programa de Estágio Remunerado

O programa destina-se a estágio para estudantes no âmbito do TRE/AP, visando à complementação de ensino e de aprendizagem profissional e sociocultural. Atualmente, contamos com 25 vagas de nível superior, distribuídas na sede, 2ª, 6ª e 10ª Zonas Eleitorais e 10 vagas de nível médio nas zonas eleitorais do interior. No exercício de 2013 executamos 97,4% do orçamento destinado.



Treinamento do Cadastro Biométrico

Em fevereiro de 2013 iniciou-se o treinamento de servidores e colaboradores que atuaram na atualização do cadastro eleitoral, decorrente da implantação da nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométrica no Estado do Amapá. O treinamento proporcionou aos participantes uma visão geral sobre atendimento ao público, sistema ELO e captura dos dados biométricos do eleitor



Programa Auxílio-Bolsa de Estudos

O programa de auxílio-bolsa de estudos tem por objetivo custear aos servidores efetivos deste Regional 50% da mensalidade dos cursos de graduação e pós-graduação. No exercício de 2013 trabalhou-se com 08 beneficiários no programa, tendo uma desistência nos primeiros meses do ano. Tivemos um investimento de R\$ 9.560,71, o qual faz parte do orçamento destinado à capacitação de servidores.



Plano Anual de Capacitação - PAC

No final de 2012 realizamos o V Levantamento Anual de Necessidades de Qualificação da Justiça Eleitoral do Amapá visando à elaboração do Plano Anual de Capacitação-PAC de 2013. O orçamento destinado foi de R\$ 210.439,29, sendo executado em 99,45%.



JUSTIÇA ELEITORAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ



Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral

Em novembro de 2013 foi promovido o Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral com o intuito de proporcionar atualização, continuada ou eventual, de magistrados, promotores eleitorais, advogados, acadêmicos, partidos políticos e servidores da Justiça Eleitoral.

II – Secretaria da Tecnologia da Informação

Em 2013 a STI priorizou a migração da Intranet (página interna do TRE-AP) para o padrão desenvolvido pelo TSE, o qual utiliza a tecnologia ZOPE/PLONE.

Com o objetivo de dar mais transparência e agilizar o acompanhamento da revisão do eleitorado e monitorar os serviços do data center foram criados as aplicações:

- **Sistema de Acompanhamento da Biometria:** permitiu que as áreas que trabalharam na revisão biométrica acompanhassem as estatísticas de atendimento.
- **Sistema de Monitoramento:** Foi implantada uma aplicação zabbix, que permite o monitoramento de máquinas, serviços e sistemas controlados pela CSC - Coordenadoria de Soluções Corporativas; A tela dessa aplicação está ligada a uma TV instalada na CSC, permitindo que os servidores identifiquem rapidamente problemas nos serviços e sistemas.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**13 INFORMAÇÕES EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS
NO TRE/AP – REGISTRO, FUNDO PARTIDÁRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Quadro B.1.8 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	15	12/03/1992	Gilvam Pinheiro Borges	14.12.2011 a 15.12.2013
PDT	Partido Democrático Trabalhista	12	20/03/1992	Antônio Waldez Góes da Silva	20.12.2007 a 21.12.2013
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	14	04/04/1992	Eduardo Seabra da Costa	05.04.2008 a 20.05.2015
PT	Partido dos Trabalhadores	13	18/03/1992	Joel Banha Picanço	30.03.2008 a 20.08.2014
DEM	Democratas	25	10/06/1992	David Samuel Alcolumbre Tobelém	03.03.2005 a 20.08.2014
PC do B	Partido Comunista do Brasil	65	13/11/1993	José Luiz Amaral Pingarilho	11.12.2007 a 05.11.2013
PSB	Partido Socialista Brasileiro	40	13/05/1992	João Alberto Rodrigues Capiberibe	16.05.2008 a 19.10.2015
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	45	14/04/1992	Luiz Carlos Gomes dos Santos Júnior	21.10.2007 a 17.04.2013
PTC	Partido Trabalhista Cristão	36	06/05/1993	Jonas Pinheiro Borges	28.09.2011 a c27.09.2012
PSC	Partido Social Cristão	20	25/05/1992	Moisés Reategui de Souza	25.08.2009 a Indeterminada
PMN	Partido da Mobilização Nacional	33	12/03/1992	Aldilene Francisca de Moraes	07.06.2010 a Indeterminada
PRP	Partido Republicano Progressista	44	03/06/1993	Jonas da Silva dos Reis	27.09.2011 a 16.05.2012/28.05.2012 a 19/12/2012
PPS	Partido Popular Socialista	23	10/06/1992	Allan Rosas Sales	29.10.2011 a 29.10.2013
PV	Partido Verde	43	31/03/1992	Antonio José Nunes dos Santos	16.05.2012 a 30.04.2013
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil	14	17/08/1993	Adail Barriga Dias	01.06.2010 a Indeterminado
PP	Partido Progressista	11	16/09/1993	Sadra Ohana de Lima Nery Barcellos	01.06.2011 a 29.03.2014
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	16	20/02/1998	Genival Cruz de Araújo	10.04.2009 a 20.06.2015
PCB	Partido Comunista Brasileiro	10	19/11/1992	Francione Espíndola Dantas	05.01.2010 a 18.04.2014
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28	09/10/2001	Marelilson Lobato de Souza	28.02.2012 a 31.12.2014



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Sigla	Nome do Partido	Registro no TRE		Responsável pelo Diretório	Período
		Número	Data		
PHS	Partido Humanista da Solidariedade	31	21/08/2001	Luciana Araújo Góes Gurgel	29.04.2011 a Indeterminado
PSDC	Partido Social Democrata Cristão	27	25/10/2001	Raimundo Charles da Silva Marques	30.09.2010 a 17.01.2014
PTN	Partido Trabalhista Nacional	19	02/05/2002	Eldein José Brito Pires	29.09.2009 a Indeterminado
PSL	Partido Social Liberal	17	17/12/1997	Ricardo Sousa Oliveira	19.04.2011 a 19.04.2014
PRB	Partido Republicano Brasileiro	10	25/10/2005	Hildegard de Azevedo Gurgel	03.05.2010 a Indeterminado
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	17	07/07/2007	Ricardo Sousa Oliveira	12.11.2011 a Indeterminado
PR	Partido da República	22	20/03/2007	Vinícius de Azevedo Gurgel	24.02.2011 a Indeterminado
PSD	Partido Social Democrático	55	23/09/2011	Eider Pena Pestana	23.09.2011 a Indeterminado
PPL	Partido Pátria Livre	54	19/09/2011	Aleno de Oliveira Conceição	18.09.2011 a 16.06.2013
PEN	Partido Ecológico Nacional	51	19/06/2012	Manoel Brasil de Paula Filho Moisés Rivaldo Pereira	19.07.2012 a 18.07.2013 18.07.2013 a Indeterminado
PROS	Partido Republicano da Ordem Social	90	24.09.2013	Francisca Ferreira Favacho	30.09.2013 a Indeterminado
SDD	Solidariedade	77	24.09.2013	Josimauro Rocha de Vilhena	25.09.2013 a Indeterminado

Fonte: SGIP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**QUADRO B.1.9 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO
PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS
DIREÇÕES NACIONAIS DOS PARTIDOS.**

Valores em
\$1,00

Sigla do Partido	Exercícios		
	2013	2012	2011
PSOL		5.054,33	40.183,24
DEM	Dados	46.000,00	428.000,00
PDT		144.035,50	21.000,00
PMDB	Não disponíveis	443.521,77	407.983,31
PP		15.000,00	192.800,00
PSL	no	5.054,33	0,00
PT		45.631,50	245.907,65
PTB	Sítio	191.000,00	74.400,00
PV		57.548,29	0,00
PSD	do TSE*	45.000,00	0,00
TOTAIS		997.845,72	1.410.274,20

Fonte: COEPA/TSE

*até o envio deste relatório ao TCU os dados não estavam disponíveis no sítio do TSE (intranet)

**Quadro B.1.10 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior
ao de Referência**

SIGLA PARTIDO	DO	Dados da Prestação de Contas de 2011		
		DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2012
PMDB		25/04/2013	PC Nº 40-38.2013.6.03.0000	AR
PDT		30/04/2013	PC Nº 47-30.2013.6.03.0000	AN
PTB		30/04/2013	PC Nº 48-15.2013.6.03.0000	AN
PT		30/04/2013	PC Nº 50-82.2013.6.03.0000	AR
DEM		21/05/2013	PC Nº 60-29.2013.6.03.0000	AN
PSB		23/04/2013	PC Nº 37-83.2013.6.03.0000	AR
PSDB		24/05/2013	PC Nº 63-81.2013.6.03.0000	AR
PTC		30/04/2013	PC Nº 43-90.2013.6.03.0000	AP
PSC		30/04/2013	PC Nº 51-67.2013.6.03.0000	AP
PV		23/04/2013	PC Nº 36-98.2013.6.03.0000	AN
PP		28/05/2013	PC Nº 64-66.2013.6.03.0000	AN
PCB		30/04/2013	PC Nº 45-60.2013.6.03.0000	AP
PRTB		16/12/2013	PC Nº 167-73.2013.6.03.0000	AN
PSDC		30/04/2013	PC Nº 49-97.2013.6.03.0000	DP
PRB		30/04/2013	PC Nº 54-22.2013.6.03.0000	DP
PSOL		30/04/2013	PC Nº 44-75.2013.6.03.0000	AN
PR		30/04/2013	PC Nº 53-37.2013.6.03.0000	AN
PSD		30/04/2013	PC Nº 46-45.2013.6.03.0000	AP



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

SIGLA DO PARTIDO	Dados da Prestação de Contas de 2011		
	DATA	PROCESSO	SITUAÇÃO EM 2012
PHS	13/12/2013	PC N° 164-21.2013.6.03.0000	AN
PTN	16/12/2013	PC N° 165-06.2013.6.03.0000	AN
PEN	30/04/2013	PC N° 52-52.2013.6.03.0000	AN

LEGENDA

Situação em 2012:

AN – Em análise
 AP – Aprovada
 AR – Aprovada com ressalva
 DP – Desaprovada
 RE – Em recurso

QUADRO B.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2012

Sigla do Partido	Medidas Adotadas pelo TRE
PCdoB	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PMN	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PRP	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PPS	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PTdoB	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PSL	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO
PPL	SUSPENSÃO DAS COTAS PELO TEMPO EM QUE O PARTIDO PERMANECER OMISSO

QUADRO B.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2012	2011	2010	2009	2008
PMDB	AR	AR	AR	AP	AP
PDT	AN	DP	AN	AP	AP
PTB	AN	AR	AN	AP	AR
PT	AR	AR	DP	AR	DP
DEM	AN	DP	DP	AR	AR
PC DO B	-	-	-	-	-
PSB	AR	AR	DP	AR	DP
PSDB	AR	AR	DP	AR	AR
PTC	AP	DP	-	-	-
PSC	AP	AP	DP	AP	AR
PMN	-	-	-	-	-
PRP	-	-	-	-	DP
PPS	-	-	-	-	-



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

SIGLA DO PARTIDO	SITUAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS DE:				
	2012	2011	2010	2009	2008
PV	AN	AR	DP	AN	DP
PT DO B	-	-	-	-	-
PP	RE	RE	DP	AR	AR
PSTU	AN	DP	AN	DP	-
PCB	AP	DP	AN	AP	AR
PRTB	AN	-	AN	AR	AR
PHS	AN	-	-	-	-
PSDC	DP	DP	DP	AR	AR
PTN	AN	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-	DP
PR	AN	DP	NA	AP	AP
PSOL	AN	DP	AN	AP	AP
PRB	DP	-	AN	DP	-
PSD	AP	AR			
PEN	AN				
PPL	-				
TOTAIS					

Legenda:

AN – Em análise
AP – Aprovada
AR – Aprovada com ressalva
DP – Desaprovada
RE – Em recurso